


unesp  UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
Faculdade de Ciências e Letras  
Campus de Araraquara - SP

MARIANA GUÉLERI DILUAR

**A COMPLEXIDADE DO CONCEITO DE POPULISMO:** o populismo clássico latino-americano e os debates atuais sobre o conceito.



ARARAQUARA – SP

2020

MARIANA GUÉLERI DILUAR

**A COMPLEXIDADE DO CONCEITO DE POPULISMO:** o populismo clássico latino-americano e os debates atuais sobre o conceito.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Araraquara, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

**Linha de pesquisa:** Estado, Sociedade e Políticas Públicas.

**Orientador:** Prof. Dr. Marcelo Santos

**Bolsa:** CNPq – Código: 131341/2018-9

ARARAQUARA – SP

2020

Diluar, Mariana Guéleri

A COMPLEXIDADE DO CONCEITO DE POPULISMO: o populismo clássico latino-americano os debates atuais sobre o conceito. / Mariana Guéleri Diluar – 2020

101 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara)

Orientador: Marcelo Santos

1. Peronismo. 2. Varguismo. 3. Populismo. 4. Populismo latino-americano. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo sistema automatizado com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

MARIANA GUÉLERI DILUAR

**A COMPLEXIDADE DO CONCEITO DE POPULISMO:** o populismo clássico latino-americano e os debates atuais sobre o conceito.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Araraquara, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

**Linha de pesquisa:** Estado, Sociedade e Políticas Públicas.

**Orientador:** Prof. Dr. Marcelo Santos

**Bolsa:** CNPq – Código: 131341/2018-9

Data da defesa: 30/03/2020

**MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:**

---

**Presidente e Orientador: Prof. Dr. Marcelo Santos**  
Faculdade de Ciências e Letras –UNESP/Araraquara

---

**Membro Titular: Prof. Dr. Milton Lahuerta**  
Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara

---

**Membro Titular: Prof. Dr. Gabriel Henrique Burnatelli de Antonio**  
IFSP – Instituto Federal de São Paulo – Campus São Paulo

**Local:** Universidade Estadual Paulista  
Faculdade de Ciências e Letras  
UNESP – Campus de Araraquara

*A Deus, por traçar planos maravilhosos para a minha vida e por me sustentar durante toda a trajetória rumo à concretização dos mesmos.*

## AGRADECIMENTOS

A Deus, que me deu forças para superar as adversidades do caminho e manter o coração tranquilo, com o olhar firme em meu objetivo final.

Aos meus pais, Daniel e Renata, que forneceram todo o suporte necessário para que eu pudesse dedicar-me aos meus sonhos.

À minha irmã, Marcela, que além de dividir comigo muitas aflições, fazendo assim com que elas se tornassem menores e menos significantes, sempre acreditou em mim e vibrou com as minhas conquistas.

Ao meu namorado, Victor, pela compreensão, companheirismo e amor durante o período de desenvolvimento desse trabalho.

Aos amigos e familiares que torceram por mim e entenderam minhas ausências necessárias.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Marcelo Santos, que além de me auxiliar e incentivar desde o primeiro ano da graduação, me apoiou, respeitou e colocou meu bem-estar e necessidades acima de todas as questões burocráticas.

Aos professores que tive durante a vida e em especial à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Karina Lilia Pasquariello Mariano, a qual sempre pude contar com a solicitude, sobretudo nos momentos mais cruciais de minha trajetória acadêmica.

Aos meus amigos e colegas de Mestrado, Larissa, Thiago e Vinícius, com os quais compartilhei os contratempos e os prazeres do caminho. Pelas contribuições e, principalmente, por todas as risadas.

A todos aqueles que de alguma forma me apoiaram ou, simplesmente, confiam no mérito dessa realização.

O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Brasil. Código de financiamento: 131341/2018-9.

*“Todas as vitórias ocultam uma abdicação.”*  
*Simone de Beauvoir (1908-1986)*

## RESUMO

A essência do presente trabalho consiste na realização de um estudo acerca do conceito de populismo, tendo em vista a dificuldade de encontrar uma definição universal para o mesmo e considerando a importância do debate sobre o tema diante de conjunturas políticas, que podem ser observadas atualmente em diversos países do mundo. É nesse contexto que emerge a questão central da pesquisa que culminou nos resultados aqui expostos, assim dizendo: a busca pelo conjunto de elementos primordiais à classificação de governos e práticas políticas dentro da esfera populista. Para tal fim, o estudo foi delimitado de modo que, analisando variáveis específicas comuns aos casos mais conhecidos do populismo clássico latino-americano – Vargas no Brasil e Perón na Argentina –, fosse possível chegar a uma inferência acerca das premissas fundamentais para reiterar se uma experiência governamental pode ou não ser considerada como tal. Tal comparação foi realizada a fim de corroborar a hipótese que diz da necessidade de um governo apresentar, essencialmente, algumas características para ser classificado como populista, são elas: a existência de uma liderança carismática; a criação de direitos sociais voltados às demandas do povo; o forte sentimento nacionalista expresso na forma de governar e a intensa utilização dos meios midiáticos para a divulgação de discursos repletos de demagogias. Para além disso, são brevemente apresentados os debates atuais acerca da existência de uma “nova era populista” e, posteriormente, confrontada a hipótese central desenvolvida aqui com as teorias que afirmam que o atual momento político global pode ser encarado desta maneira.

**Palavras-chave:** Peronismo. Populismo. Populismo latino-americano. Varguismo.



## ABSTRACT

The nature of this paper consists of a study on the concept of populism, in view of the difficulty of finding a universal definition for it and considering the importance of the debate on the subject in the face of the political conjuncture that can be observed today in several countries of the world. It is within this context that the central question of this research emerges, which culminated in the results presented here, thus putting it this way: the search for the set of elements that are essential to the identification of governments and political practices within the populist sphere. In order to do so, the research was defined in such a way that it was possible to obtain an interpretation of the fundamental premises for reiterating whether or not a governmental experience can be considered as such, by analyzing specific variables which are common to the best known cases of classic Latin American populism - Vargas in Brazil and Perón in Argentina. This comparison was made in order to support the hypothesis that states that a government needs to present, essentially, some characteristics to be classified as populist, such as: the existence of a charismatic leadership; the creation of social rights aimed at the demands of the people; the strong nationalist feeling expressed in the way of ruling and the heavy use of the media to spread demagogic speeches. In addition, the ongoing debates about the existence of a "new populist era" are briefly outlined, followed by the central hypothesis developed on this research based on the theories that state that the current political period can be approached in this way.

**Keywords:** Latin American populism. Peronism. Populism. Varguism.

## RESUMEN

La esencia de este trabajo es llevar a cabo un estudio sobre el concepto de populismo, en vista de la dificultad de encontrar una definición universal para él y considerando la importancia del debate sobre el tema frente a las circunstancias políticas, que se puede observar hoy en diferentes países del mundo. Es en este contexto que surge la cuestión central de la investigación que culminó en los resultados expuestos aquí, diciendo: la búsqueda del conjunto de elementos esenciales para la clasificación de los gobiernos y las prácticas políticas dentro de la esfera populista. Con este fin, el estudio se delimitó de modo que, analizando variables específicas comunes a los casos más conocidos del populismo latinoamericano clásico – Vargas en Brasil y Perón en Argentina –, fue posible llegar a una inferencia sobre las premisas fundamentales para reiterar si una experiencia del gobierno puede considerarse como tal o no. Dicha comparación se realizó para corroborar la hipótesis que dice la necesidad de que un gobierno presente, esencialmente, algunas características para ser clasificadas como populistas, son ellas: la existencia de un liderazgo carismático; la creación de derechos sociales orientados a las demandas del pueblo; el fuerte sentimiento nacionalista expresado en la forma de gobernar y el intenso uso de los medios de comunicación para difundir discursos llenos de demagogías. Además, se presentan brevemente los debates actuales sobre la existencia de una "nueva era populista" y, más tarde, enfrentó la hipótesis central desarrollada aquí con las teorías que afirman que el momento político global actual puede verse de esta manera.

**Palabras-clave:** Peronismo. Populismo. Populismo latinoamericano. Varguismo.

## LISTA DE FOTOS

<b>Foto 1</b>	Símbolo do movimento radical “Terra e Liberdade” ( <i>Zemlja i Volja</i> )	25
<b>Foto 2</b>	Charge: A ascensão do nacionalismo no panorama político global	36
<b>Foto 3</b>	Getúlio Vargas desfila em carro aberto no 1º de maio de 1940, no Estádio de São Januário (Rio de Janeiro)	42
<b>Foto 4</b>	Partidos populistas que compõem o governo em 11 países da Europa (2018)	49
<b>Foto 5</b>	“Dia da Lealdade Peronista – 17 de outubro” – ( <i>Plaza de Mayo/Argentina</i> )	53
<b>Foto 6</b>	General Farrell passando o comando da Presidência da República Argentina para o Coronel Perón (Junho/1946)	54
<b>Foto 7</b>	O Coronel Juan Domingo Perón e sua icônica esposa Evita Perón	60
<b>Foto 8</b>	Cartaz do Movimento Revolucionário de 32, no qual o grupo MMDC convoca a população para o confronto direto contra as tropas de Getúlio Vargas	69
<b>Foto 9</b>	Desfile em comemoração ao ‘1º de maio’ durante o Estado Novo (s/d)	73
<b>Foto 10</b>	Integrantes do movimento queremista exigiam a permanência de Getúlio Vargas na Presidência da República	76
<b>Foto 11</b>	Milhares de pessoas no cortejo fúnebre de Vargas na Praia do Flamengo (Rio de Janeiro), em 25 de agosto de 1954	80
<b>Foto 12</b>	Discurso de Getúlio Vargas no Dia do Trabalho (01/05/1951)	84
<b>Foto 13</b>	Discurso do Presidente Perón na Academia Argentina de Letras (12/10/1947)	86

## LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

<b>Gráfico 1</b>	Apreensões de migrantes na fronteira entre os Estados Unidos e o México	47
<b>Tabela 1</b>	Comparando variáveis específicas no Varguismo e no Peronismo	91

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>13</b>
1.1 Objeto	13
1.2 Relevância do estudo	16
1.3 Hipótese	18
1.4 Metodologia	20
<b>2 O CONCEITO DE POPULISMO: HISTÓRIA, TEORIAS E DEBATE</b>	<b>22</b>
2.1 O surgimento do conceito e as primeiras experiências	23
2.2 Teorias acerca do populismo clássico latino-americano	26
2.3 Debatendo o populismo na atualidade	34
2.3.1 Somente uma onda nacionalista ou novas formas de populismo?	35
2.3.2 Como emerge o populismo: contextos, crises e conjunturas	39
<b>3 POPULISMO CLÁSSICO LATINO-AMERICANO: RETOMANDO A HISTÓRIA DO PERONISMO E DO VARGUISMO</b>	<b>51</b>
3.1 O caso argentino: Peronismo	51

<b>LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS</b>	
<b>3.1.2 A legitimação de direitos e a consolidação do Peronismo como força política na Argentina</b>	<b>61</b>
<b>3.2 O caso brasileiro: Varguismo</b>	<b>66</b>
<b>4 PERÓN E VARGAS: ENTRE SIMILITUDES E ALTERIDADES</b>	<b>81</b>
<b>4.1 A propaganda política na Era Vargas e no Primeiro Peronismo</b>	<b>81</b>
<b>4.2 Entre o nacional-desenvolvimentismo e a política distributivista</b>	<b>87</b>
<b>4.3 Comparando variáveis a fim de corroborar a hipótese central</b>	<b>90</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>94</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>96</b>

## SUMÁRIO

### 1 INTRODUÇÃO

#### 1.1 Objeto

Para introduzir o principal objeto de pesquisa desse trabalho é conveniente dizer que: O populismo constitui-se como um conjunto de práticas políticas adotadas por um determinado governo que, geralmente, as justifica como uma medida necessária para “dar voz ao povo” ou às “massas”, termos estes utilizados para explicar a parcela da população cujos objetivos estão contrapostos aos da elite dominante, seja ela política ou econômica. De maneira bastante genérica e superficial, essa é apenas uma das muitas definições de populismo que podem ser encontradas na literatura corrente sobre o tema, sabendo que, apesar de um extenso rol de produção acadêmica na área, ainda não é possível observar a existência de um acordo de validade universal para definir o conceito de populismo entre os estudiosos do assunto.

Apesar dessa breve definição, é necessário dizer que há, no Brasil e no mundo, estudiosos que apresentam as mais variadas definições sobre esse conceito. Weffort (1980) é um deles e, ao analisar as experiências latino-americanas, diz que é evidente que o populismo necessita de elementos imprescindíveis para sua concretização e isso é válido independentemente das particularidades de cada caso. Para o autor, o populismo surge quando há uma massificação ou proletarização de amplas camadas da sociedade, que desloca os indivíduos de seus quadros sociais originais à fim de formarem essa “massa”, quando perdem a representatividade e exemplaridade da classe dirigente e, por fim, somado a isso, quando há a presença de um líder dotado de carisma de massas.

Essa é apenas uma das tantas análises que podemos encontrar acerca da definição do conceito de populismo e, com base nessa breve introdução do mesmo, já é possível determinar as variáveis que serão analisadas no decorrer desse trabalho, são elas: liderança carismática; políticas sociais; nacionalismo; discurso e mídias; grupos de apoio; autoritarismo; e sindicalismo. No entanto, devido às especificidades das experiências analisadas, e pensando na facilidade da observação para fins de comparação, posteriormente essas variáveis serão divididas em dois grupos, a dizer: aquelas que podem ser encontradas, se não em todos, mas na maioria dos governos populistas – que serão chamadas aqui de variáveis operantes – e aquelas que podem

ser observadas somente em alguns casos, em contextos e até momentos muito pontuais e específicos – serão chamadas de variáveis inoperantes, ou seja, não terão interferência direta na definição do conceito de populismo que esse trabalho têm como objetivo formular.

Tendo em vista que é possível testemunhar a existência de governos desse tipo em diversas partes do mundo ao longo da história e, mesmo que observando somente casos ocorridos em um determinado país, certamente a estrutura social, política e econômica, bem como o contexto local da época são fatores determinantes para que sejam incorporadas características deveras singulares às experiências populistas.

O modo de exercício do poder que hoje nomeia líderes e práticas governamentais teve origem na Rússia da década de 1860 com os chamados *narodniks*<sup>1</sup> e, para que se tenha dimensão da importância do marco inicial estabelecido pelos intitulados “populistas russos” é elementar considerar que:

O populismo é significativo não pelo que tenha realizado, que foi praticamente nada, nem pelos números que veio a mobilizar, que pouco excederam alguns milhares: sua importância reside no fato de marcar o início de uma história contínua de agitação revolucionária russa que, dali a cinquenta anos, iria derrubar o czarismo e instalar o primeiro regime dedicado à construção do socialismo na história mundial (HOBSBAWN, 1995, p. 234-235).

Tamanho a importância desse novo modelo de prática política que, desde então, é possível observar diversas manifestações semelhantes em vários lugares do mundo e em períodos bastante distintos, inclusive é um modelo que vem ganhando forças na atualidade. É importante ressaltar que o caráter e a influência do socialismo que esteve presente naquele momento inicial não é uma das variáveis comum a todos os tipos de populismo e sim uma característica específica do contexto histórico, político e social da Rússia da época.

Apesar de o populismo não ter surgido inicialmente com o destaque voltado à figura do líder, este assumiu o papel de protagonista em quase todas as experiências posteriores. Com relação aos governantes populistas é possível afirmar que são

<sup>1</sup> *Narodniks* ou populistas russos (em russo: Народничество) eram os membros de uma elite intelectual urbana inspirada nos ideais românticos de Alexandre Herzen e adeptos do socialismo agrário, que defendia os interesses do campesinato e representava, de fato, a única força revolucionária do país naquele momento.



conhecidos, sobretudo, por constituírem um tipo de liderança carismática, que segue a definição Weberiana de que os homens não obedecem este líder “em virtude da tradição ou da lei, mas porque acreditam nele” (WEBER, 1982, p. 100). E, para isso, utilizam-se de um grande aliado: os meios midiáticos. Eles são responsáveis pela criação e divulgação da imagem de “salvador da pátria”, que por muitas vezes cria um endeusamento do político em questão, fazendo com que a mídia seja um fator de extrema importância a ser considerado na realização dessa análise.

O discurso midiático populista é voltado diretamente às massas e seu propósito principal é fazer com que elas acreditem que a solução de suas mazelas está nas mãos desse líder que porá fim à “velha política”, ou seja, a política tradicional e aliancista, responsável pela concentração do poder nas mãos de uma elite dominante, elite esta que, no discurso em questão, ocupa o lugar de inimiga do povo. Para isso, atacam e enfraquecem as instituições políticas de diversas maneiras, manipulam os meios de comunicação e informação, fazem uso – em muitos casos – do autoritarismo e aproveitam-se da fragilidade e das lacunas que encontram na democracia representativa à fim de prometer a resolução dos problemas socioeconômicos no decorrer do processo de incorporação do povo à vida política, de modo a atender os interesses desses.

A verdade é que o populismo representa certamente um processo de modernização conservadora, ou seja, uma transformação realizada de cima para baixo, com os líderes conduzindo todo o processo – o que abre espaço para a arbitrariedade e postura autoritária –, com a finalidade de manter os privilégios das elites, sejam elas política ou econômica, porém, valendo-se do argumento e das promessas de que os interesses do povo estão sendo ou serão levados em consideração na construção da vida política local, por meio da criação de uma realidade ilusória, uma vez que não há uma inclusão de fato, pois as camadas populares não passam pelo processo de formação de consciência política.

O que existe é: a figura de um líder que atende certas demandas de tal parcela da população a fim de mostrar que está atento às suas reivindicações e necessidades mais urgentes, e isso culmina na construção de uma relação identitária deveras sólida entre líder e povo.

No próximo tópico será brevemente ilustrada a importância do atual debate sobre a temática populista, uma vez que, figura a nível global o surgimento de vários governos e governantes que ganharam a alcunha de populistas, criando uma suposta

“nova era populista”. Esse fenômeno pode ser observado, atualmente, em muitos países e em quase todos os continentes do planeta.

## 1.2 Relevância do estudo

Este tópico destina-se à justificativa da escolha do objeto de estudo em pauta – a dizer: o conceito de populismo – e de sua importância para o debate científico e intelectual, sobretudo no presente momento. É imprescindível dizer que o contexto no qual esse trabalho advém é fortemente marcado pelo debate em torno da emergência de novas formas de populismo – sobretudo na Europa e nos Estados Unidos – que carregam consigo a marca de um nacionalismo exacerbado e conservadorismo extremo, discursos de ódio e xenofobia, que se materializam nas políticas de baixa tolerância à diversidade e pouca ou nenhuma importância a questões referentes às minorias. Esse cenário político ficou popularmente conhecido como onda de ascensão da “extrema-direita” ou de “populismos de direita”, ao redor do mundo.

Entretanto, é necessário ressaltar que não é um objetivo conveniente a esse trabalho permear um debate partidário-ideológico com base na bipolaridade comumente utilizada na política no que tange às definições de direita e esquerda, uma vez que estas são mutáveis de acordo com a realidade dos sistemas políticos e partidários de cada país. Sendo assim, no decorrer do presente trabalho essa bipolaridade de espectro ideológico será utilizada, somente, quando explicitada na visão de um determinado autor, e, com o objetivo de representar única e exclusivamente a visão e definição do mesmo, no que diz respeito à essa divisão entre direita e esquerda no campo político-partidário-ideológico. Pois, é válido ressaltar que, os conceitos de direita e esquerda encontram-se em um amplo espectro ideológico que conta com muitas variações em seus interiores e, também, que não há um consenso global para a definição dos mesmos.

Retomando a exposição acerca do conceito de populismo, a definição de Ianni diz que o “populismo é uma ideologia de revolta contra o sistema, antes do que uma doutrina de governo; é um movimento que enfatiza a ação pela ação, difícil de ser encaixado no espectro político esquerda-direita” (IANNI, 1975, p. 37). Portanto, para não desviar do foco central do trabalho e, ao mesmo tempo, não ignorar uma importante vertente dentro do conceito e das formas de populismo existentes, que é a ideologia predominante na essência dos governos que serão analisados, trataremos

de cada caso individualmente e de acordo com suas principais tendências, especialmente as políticas sociais e econômicas desenvolvidas em cada governo.

Diante da atual conjuntura, na qual essas novas formas de populismo ganham forças em algumas das maiores democracias do planeta, e, juntamente à influência exercida pelas mídias sociais nesse cenário, ressurge o debate em torno do conceito de populismo, com a justificativa principal de que a ausência de uma definição global sobre o tema faz que com ainda haja divergências, entre os estudiosos da área, em torno da rotulação de alguns governos e práticas políticas como populistas. Por isso, são fundamentais as discussões nesse sentido, especialmente devido ao fato de que novas variáveis estão surgindo junto à essas supostas novas formas de populismo e, inclusive, exercem um peso deveras expressivo na consolidação de tais forças políticas, sendo capazes de modificar parcial ou totalmente um cenário eleitoral.

Dito isso, é válido afirmar que o intuito do presente trabalho consiste em encontrar uma definição comum para o conceito de populismo que permita classificar governos ou governantes como tal. A ideia central é que, através da observação de dois casos do populismo latino-americano – Vargas e Perón –, seja possível comparar as variáveis e elencar uma série de características essenciais para a elaboração de tal definição. E, deste modo, será possível olhar, posteriormente, para os casos atuais de governos que levam a fama de populistas, a fim de compreender em que medida estes aproximam-se ou distanciam-se daqueles populistas clássicos. Porém, este trabalho não possui o objetivo de esgotar os debates que permearam e permeiam há décadas o âmago dessa questão, apenas consiste em uma tentativa de contribuir cientificamente, através da observação de dois casos no interior do populismo clássico latino-americano, para a construção de um conjunto de práticas e posturas políticas dentro do qual é possível classificar um governo como populista ou não.

A ideia elementar é encontrar, a partir da observação desses dois casos ocorridos na América Latina, um conjunto de aspectos recorrentes dentro do que é considerado atualmente, no interior da Ciência Política, como práticas populistas de governo. E que a hipótese fornecida com base no desenvolvimento desse estudo possa ser aplicada aos principais casos conhecidos até o momento da conclusão do mesmo. O propósito é poder auxiliar nas análises futuras sobre um assunto tão presente nas discussões atuais desse campo de estudo, porém, sempre respeitando as especificidades de cada cenário. Sendo assim, essa será uma tarefa empreendida

no sentido de oferecer novas possibilidades de observação para o objeto de pesquisa em questão. O próximo tópico cabe à elucidação da hipótese central desse trabalho.

### 1.3 Hipótese

A hipótese central desse trabalho gira em torno da ausência de um conceito universal de populismo que auxilie na empreitada de todos aqueles que queiram dedicar-se ao estudo do tema, ou mesmo discuti-lo informalmente. Tal fato faz com que possamos encontrar tendências muito distintas de governos, líderes e práticas populistas – não que a variedade seja algo negativo, porém, neste caso, ela dificulta o trabalho científico –, gerando um grande debate e muitas discordâncias quando se trata de entrar em consenso no momento de classificar algum desses dentro do campo do populismo. Pois, apesar de muito falar-se, principalmente no momento atual, sobre a ascensão de novos governos populistas em algumas partes do mundo, é evidente a discrepância na literatura e no interior do mundo acadêmico-científico no que concerne à definição do conceito. “O que é afinal o populismo?”; “Quais práticas podem ser classificadas como tal?”; “Quais são as suas principais características?” São algumas das perguntas para as quais esse trabalho dispôs-se a encontrar respostas plausíveis.

A pesquisa que deu origem a esse estudo apontou em torno da seguinte questão central: a busca pelo conjunto de elementos primordiais à classificação de um governo como populista, através da observação da recorrência de determinados elementos e aspectos nos dois casos que foram analisados – os governos Vargas e Perón. Nesse sentido, esse estudo surgiu na investida de propor uma noção geral que possa ser aplicada aos mais diversos casos ocorridos ao longo da história, considerando que, um governo precisa constituir-se de certos aspectos primordiais para ser considerado como populista e, os demais aspectos servirão para classificá-lo, posteriormente, dentro das diversas vertentes pelas quais esse modo de governo pode ser apresentado. Dessa forma, na possibilidade de contribuir para as análises posteriores acerca do objeto de estudo em questão, a escalada de governos considerados como “populistas de direita” em vários países do mundo, será analisada a partir das variáveis recorrentes nos casos de governos populistas já consolidados no interior desse campo de estudo, para que assim seja possível fazer uma

comparação que nos permita chegar à alguma conclusão efetiva acerca do surgimento desse novo fenômeno político global.

Em suma, é possível afirmar que a hipótese aqui trabalhada diz respeito à necessidade de alguns elementos ou práticas políticas para que um determinado governo seja considerado como tal. A dizer das características principais – que estão melhor ilustradas e esmiuçadas no decorrer deste – podemos considerar como primordiais à existência da essência populista:

- 1) a existência de uma liderança carismática, isso é, a presença de um líder capaz de criar uma associação quase que intrínseca entre si e as camadas populares de determinada sociedade;
- 2) a criação e a consolidação de políticas sociais voltadas diretamente a atender as demandas das camadas mais desprovidas – economicamente – da sociedade, fornecendo-lhes melhorias na qualidade de vida;
- 3) o nacionalismo como um traço marcante na forma de governar, tendo em vista a valorização de tudo aquilo que é do próprio país, que se exprime através da exaltação dos aspectos culturais e da construção de uma identidade nacional, mas, sobretudo, no aspecto econômico, visando construir, a partir de medidas políticas, uma nação cada vez mais autossuficiente, menos dependente, e marcada por ideais singulares;
- 4) a força dos discursos e a utilização de mídias – sobretudo a massificação dos meios de comunicação e informação – como instrumentos eficientes na construção da figura de um líder “salvador da pátria” e, conseqüentemente, a aproximação deste para com o povo;

Portanto, a ideia é propor uma definição que abranja aos mais diversos tipos de populismo, todavia, levando em consideração que muitas outras características são encontradas em diversos casos de governos populistas, a depender do contexto em que está inserido, mas, essas seriam as características responsáveis por incutir originalidade à cada caso e não por classificá-lo como populista. Tal proposição surgiu no sentido de tentar evitar o impasse de alcunhar governos e práticas políticas como populistas quando na verdade não o são, ou, pelo menos, não há uma concordância entre os especialistas do tema em relação a isso. Talvez apresentem uma ou outra variável comum a esse tipo de governo, mas, no momento em que observados de maneira mais ampla, o cenário geral não aponta para medidas com esse caráter.

Tal fato representa uma falha de natureza tamanha que, se constatada, pode afetar negativamente o sentido de um conceito que foi social, histórico e politicamente

construído durante décadas a fio, ou mesmo fazer com que ele se torne tão abrangente a ponto de perder sua originalidade – a identidade que buscamos delimitar –, fazendo com que não se saiba mais o que pode ser denominado como populista ou não. Inclusive isso pode levar o conceito a despossar-se de sua validade científica, rebaixando-o a mero senso comum. Consequentemente, esse trabalho avançará integralmente no sentido de formular uma definição comum que seja aplicável aos casos de populismo já conhecidos e rotulados como tal, não âmbito dos estudos das ciências humanas e sociais, inclusive aos casos surgidos na última década, que compõem a chamada “nova era populista”.

#### **1.4 Metodologia**

A metodologia utilizada na realização desse estudo foi a chamada análise comparativa, que no interior da Ciência Política assume características mais específicas e torna-se política comparada. Ela destaca-se como um campo da Ciência Política que possibilita aos estudos qualitativos a observação e posterior comparação entre casos que possuem muitas semelhanças entre si, mas que não beiram a generalização devido às suas diferenças, que possuem valor significativo a ser considerado. Trata-se de uma abordagem empírica que, nesse caso em particular, partirá de duas experiências existentes de governos populistas na América Latina – em momentos e, portanto, conjunturas deveras distintas da história política dos países em questão – a fim de criar inferências que irão possibilitar o apontamento das principais variáveis que afetam o surgimento e a apresentação de governos desse tipo, com o intuito de investigar como eles assumem diversas fisionomias dentro de um mesmo campo epistemológico, ou seja, a partir de um modelo geral é possível observar o surgimento de diversos outros modelos com características adicionais (e importantes também) muito divergentes de um caso para o outro.

A política comparada é comumente utilizada para o estudo da política interna de um país, de suas instituições e até mesmo de conflitos entre países, adentrando ao universo das Relações Internacionais, mas, neste caso será utilizada para analisar conjunturas políticas governamentais fortemente influenciadas por variáveis internas – as variáveis e influências externas serão desconsideradas no desenvolvimento deste trabalho –, configurando um tipo de governo que possui características comuns mesmo em contextos variados. Esse estudo é de natureza qualitativa e uma de suas

principais características é a flexibilidade e facilidade de adaptação, considerando as ferramentas e instrumentos necessários para cada tipo de pesquisa de acordo com o objeto de estudo. É o método mais indicado para trabalhar com estudos de caso, análises comparativas de número pequeno, interpretação, método histórico comparativo, entre outros.

Segundo Lijphart (1971) o método comparativo estabelece proposições empíricas gerais, à medida que descobre relações entre as variáveis e analisa sistematicamente um pequeno número de casos. O autor também diz que a política comparada é um método de controle de generalizações e o objetivo principal de sua utilização é elaborar um delineamento teórico explicativo possível de refutações no campo empírico. Ainda no que tange aos métodos de pesquisa mais utilizados nas Ciências Sociais, é possível observar em Sartori (1981) que o método comparativo surge como uma forma de aproximar o que está sendo comparado ao mesmo tempo que estabelece as diferenças existentes entre eles e, para Sartori (1981), é aí que se encontra o principal interesse desse tipo de método: comparar objetos que compartilham de muitas semelhanças, mas que possuem suas diferenças e particularidades.

Sabendo disso, a política comparada surge como o método mais satisfatório, para tal finalidade, dentro dos existentes no campo da Ciência Política. Pelos motivos acima expostos e por convicção alinhada ao objetivo principal do trabalho, acredita-se que essa metodologia seja a mais compatível à realização do mesmo, a fim de atingir a finalidade cuja qual ele se propõe, que é: realizar uma comparação entre os governos Perón e Vargas e criar proposições gerais para que seja possível realizar, à partir destas, uma breve análise acerca do atual momento instaurado no cenário político internacional, considerado por muitos estudiosos e analistas da área e da temática, como um momento fortemente marcado pela ascensão de governos com características populistas.

## 2 O CONCEITO DE POPULISMO: HISTÓRIA, TEORIAS E DEBATE

O populismo pode ser interpretado como um meio termo entre a demagogia e o autoritarismo, sendo assim, é comum que ele seja encontrado ao longo da história nas mais diversas formas e apresentações, entre elas: o nacional-populismo, populismos de esquerda e de direita, populismo midiático ou digital – sobretudo os que estão emergindo no atual momento –, populismo neoliberal, entre outros. T tamanha variedade podendo ser encontrada no horizonte do conceito é a responsável por causar dificuldade interpretativa, além do mais

As novas mudanças tornam impossível a antiga caracterização do populismo como fenômeno típico de países pobres, dotados de sistemas partidários frágeis, assim como definições que o relaciona com movimentos populares de esquerda. Ao mesmo tempo em que é abalado em suas mais importantes bases teóricas, a conjuntura política e a cobertura de imprensa transformam novamente o populismo em matéria urgente, demandando respostas dos pesquisadores justamente quando o parco consenso que havia sobre sua definição e características deixa de existir. (CILIA, 2017, p. 9)

A ideia acima exposta, formulada por Cilia (2017) nasce de uma análise realizada pelo autor, que trata da dificuldade de comparar as experiências populistas ocorridas em períodos muito distantes e em locais (países ou continentes) com características históricas e sociais muito distintas, tendo em vista que vivemos em um momento que o conceito – além de nunca ter sido definido de maneira universal – passa por transformações constantes e pode ser aplicável nas mais diversas conjunturas possíveis. No entanto, uma forma de facilitar trabalhos de pesquisa nesse campo é partir do pressuposto de variáveis comuns à maioria dos casos, o que auxilia na tarefa de abordar sob uma mesma perspectiva as mais diferentes formas que esse fenômeno pode assumir, e, assim o faremos. Apesar de saber que a origem do populismo não advém da América Latina, foi uma opção delimitar o campo de pesquisa aos dois casos mais conhecidos e classificados dentro do populismo latino-americano – o Vargasismo e o Peronismo –, visando obter resultados mais claros e precisos.

Sabendo que a análise realizada a partir de contextos histórico-sociais semelhantes, tal qual é o caso de Brasil e Argentina, e, ainda mais, de casos ocorridos quase que concomitantemente em ambos os países, facilita o caminho rumo ao



objetivo de fornecer maior legitimidade ao andamento do trabalho. Porém, não obstante, também serão citados e brevemente observados – basicamente para fins de comparação – outros casos importantes para a construção do objetivo final e comprovação da hipótese aqui exposta. Neste capítulo serão analisadas as principais teorias clássicas e, sobretudo, os debates atuais acerca da temática do populismo, além de uma breve história sobre o surgimento do conceito e das primeiras experiências, a dizer: o populismo russo e o populismo estadunidense.

## 2.1 O surgimento do conceito e as primeiras experiências

Nesta subseção será analisada a origem do conceito de populismo e as duas experiências iniciais, a dizer: o populismo russo – dos *narodniks* – e o populismo estadunidense. Estes que, surgiram como “reação negativa contra a hegemonia da cidade e da indústria sobre o campo e a agricultura. Nos Estados Unidos, ele defendia o capitalismo agrário, acima de tudo. Nos outros países, principalmente na Rússia, extremava-se na negação do capitalismo” (IANNI, 1975, p. 22).

O populismo estadunidense surgiu como um movimento do povo contra a elite de Washington, enquanto que o populismo russo irrompe como uma resposta à idealização do povo pelos intelectuais em sua luta contra a autocracia dos czares da época. Deste modo, é possível dizer que o populismo tal qual conhecemos hoje, aproxima-se muito mais dos casos de governos populistas clássicos ocorridos na América Latina – sobretudo, Vargas no Brasil e Perón na Argentina – do que dos movimentos que deram origem ao conceito.

O populismo histórico russo do século XIX teve origem, sobretudo, em um movimento radical chamado “Terra e Liberdade” – em russo “*Zemlja i Volja*” – que, posteriormente, deu origem ao primeiro partido socialista-revolucionário do país, em 1876, até sua dissolução em meados de 1879, quando o mesmo se rompeu em dois movimentos revolucionários distintos, sendo o mais famoso deles, o “*Narodnaja Volja*”, que pode ser traduzido como “A vontade do povo”. O foco principal deste movimento era: alcançar a transição para o modelo socialista através de um processo de democratização preventiva da sociedade russa; E o modo pelo qual eles pretendiam alcançar esse objetivo era através de uma ação direta destinada a derrubar o regime czarista de Alexandre II. A ação direta foi realizada, com o assassinato do czar no início de 1881, no entanto, a finalidade da mesma não foi

alcançada, devido à ausência de mobilização popular para apoiar o movimento e a repressão policial imediata, o movimento perdeu forças rapidamente, entrando em declínio e desaparecendo em 1886. No entanto, os ideais do movimento *Narodnaja Volja* foram amplamente difundidos e assumidos pelo Partido Socialista Revolucionário que, após sua fundação, no final do século XIX, esteve presente entre os protagonistas das Revoluções Russas de 1905 e 1917.

Um expressivo resumo acerca do populismo russo pode ser encontrado em

Os narodniki foram pioneiros em transformar o etéreo romantismo volkisch de autores como Goethe em uma ideologia política que caracterizasse o povo não apenas como um elemento da teoria democrática ou uma fonte de opinião pública, mas como modelo de sociabilidade comunitária e espaço privilegiado da política. Herdaram dos românticos uma forte desconfiança perante a razão técnica e um apreço pela simplicidade na linguagem e na ação, traduzida na redução de todo antagonismo possível ao “Império”, figura metonímica que reunia tudo o que odiavam no sistema político e econômico. Trata-se de caracterização pioneira do povo étnico como sujeito político, e do Império tecnocrático, sem rosto ou bandeira, como seu antípoda. No entanto, a distância enorme entre o intelectual narodniki urbano e o camponês servil do interior russo impediu que o movimento se tornasse de massas, isto é, um populismo de fato. A influência do anarquismo e a dura repressão do governo czarista empurraram os narodniki para a clandestinidade e eventualmente para o terrorismo (culminando com o assassinato do Czar Alexandre II em 1881) (CILIA, 2017, p. 14-15).

Com isso, é possível dizer que, na visão de Cilia (2017) algumas questões pontuais do movimento revolucionário criado pelos *narodnikis*, principalmente a distância delimitada pelos ideais românticos de autores clássicos da época – autores estes que influenciaram a ideologia do movimento –, que faziam parte de uma realidade bem distante da vivida pelo camponês do interior, findou-se no afastamento entre os ideólogos do movimento e aqueles à quem pretendiam abranger em seu interior, ou seja, os camponeses. Tal fato, para Cilia (2017) é o responsável pela não transformação do referido movimento em um movimento de massas, ou seja, um populismo de acordo com a essência original que conhecemos hoje.

Para concluir a exposição da breve referência acerca do populismo russo, segue um excerto de Milosevich (2017):

Herzen foi o ideólogo dos populistas e, desde cedo, o primeiro socialista russo. Influenciados por Herzen, os *narodniks* [...] deram um

passo além: não queriam somente reformas políticas que levariam a uma maior igualdade social, mas esperavam libertá-los da pobreza, da opressão e da ignorância mediante a educação e a propaganda política. Este propósito articulava seus objetivos – alcançar a justiça e a igualdade social – no projeto de uma revolução pacífica que surgiria da união entre os movimentos e os camponeses (MILOSEVICH, 2017, p. 77, tradução nossa).

**Foto 1** – Símbolo do movimento radical “Terra e Liberdade” (*Zemlja i Volja*)



**Fonte:** Google Imagens<sup>2</sup>

O populismo estadunidense, por sua vez, assume um caráter antielitista, e, teve início com a chegada de Andrew Jackson à Presidência, em 1829, dando início à era chamada na história política americana de *jacksoniana*, no entanto, durante a sua época, nunca foi classificado como um líder populista. Outros que vieram posteriormente, com o mesmo discurso e modo de governar, focaram nas reformas que visavam ampliar a inclusão da população na vida política do país e no extermínio de normas “monárquicas” e em desacordo com os princípios democráticos. Em um determinado momento, o conhecido partido Democrata dividiu-se e um de seus braços deu origem ao Partido Populista, conforme expresso em

O Partido Populista passou para a esquerda e se colocou ao lado dos pequenos proprietários e produtores do Sul e do Oeste (cinturões de algodão e de trigo) perante ao Tesouro, que já não era obrigado a

<sup>2</sup> Disponível em: [https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/b/b4/Zemlya\\_i\\_volya\\_logo.png/740px-Zemlya\\_i\\_volya\\_logo.png](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/b/b4/Zemlya_i_volya_logo.png/740px-Zemlya_i_volya_logo.png). Acessado em 11 de fevereiro de 2020.

comprar o metal e nem trocá-lo por ouro; os grandes banqueiros, declarados monometalistas – a favor do ouro –; e o Presidente Cleveland, considerado um traidor pelos populistas [...] O programa populista incluiu atraentes, embora sem muito efeito, medidas de reforma e democratização das instituições: a eleição direta do Presidente e dos senadores – disposição adotada anos mais tarde –, a introdução de um único mandato e a utilização com maior frequência do instrumento do referendo (RODELAS, 2017, p. 87, tradução nossa).

Assim sendo, podemos dizer que Theodore Roosevelt encerra o ciclo e o círculo populista nos Estados Unidos, que retorna com Franklin Delano Roosevelt recuperando significativa parcela do programa populista, ao adotar medidas como: a proibição do trabalho infantil, o salário mínimo para mulheres, a limitação da jornada de trabalho, dia de descanso semanal, seguros de saúde e seguro desemprego, entre outras, incluindo as propostas de reforma política sugeridas anteriormente pelo Partido Populista e não somente aquelas, mas, também, outras que julgou pertinentes à época de seu mandato.

## **2.2 Teorias acerca do populismo clássico latino-americano**

“A partir do século XX o populismo passa a ser estudado cada vez mais como regime político-econômico com características estruturais muito específicas” (CILIA, 2017, p. 15). Conhecido por emergir no momento de transição da sociedade tradicional para a urbano-industrial, no início do século XX, em meados da década de 30, o populismo latino-americano nasce em meio a um contexto internacional de industrialização a todo vapor em muitos países da Europa e também nos Estados Unidos. É nesse contexto que, principalmente Brasil e Argentina – nos limitaremos a analisar esses dois casos dentro do “populismo clássico” latino-americano – desponta em um processo de transição e transformação em muitos aspectos, entre eles: cultural, político, social e econômico, que cria um cenário propício para o surgimento desse fenômeno típico das sociedades em desenvolvimento, conhecido como populismo. Para Gomes (2017):

Em primeiro lugar, o populismo é uma política de massas, vale dizer, é um fenômeno vinculado à proletarização dos trabalhadores na sociedade complexa moderna, sendo indicativo de que tais trabalhadores não adquiriram consciência e sentimento de classe; não estão organizados e participando da política como classe. [...] Em segundo lugar, o populismo está igualmente associado a uma certa

conformação da classe dirigente, que perdeu sua representatividade e poder de exemplaridade, deixando de criar os valores e os estilos de vida orientadores de toda sociedade. Em crise e sem condições de dirigir com segurança o Estado, a classe dominante precisa conquistar o apoio político das classes emergentes. Finalmente, satisfeitas estas duas condições mais amplas, é preciso um terceiro elemento para completar o ciclo: o surgimento do líder populista, do homem carregado de carisma, capaz de mobilizar as massas e empolgar o poder (GOMES, 2017, p. 24-25).

Através do populismo é possível observar a plena formação das relações de classes nos países latino-americanos, sobretudo no Brasil e na Argentina. É válido ressaltar que na Argentina o fenômeno surgiu posteriormente, sabendo que o Brasil já estava sendo governado por uma liderança carismática, na figura de Getúlio Vargas, desde o início da década de 30, enquanto que na Argentina o primeiro governante populista chega ao poder em 1946 sob a figura do Coronel Juan Domingo Perón.

Uma das principais obras que norteará o desenvolvimento desse tópico é “A formação do Estado Populista na América Latina”, na qual Ianni (1975) desenvolve suas proposições baseando-se no fato de que o populismo foi o processo responsável pela formação das relações de classes nas nações latino-americanas; esta obra será de suma importância para o desenvolvimento do trabalho como um todo, acompanhada de “O populismo na política brasileira” de Weffort (1980). Para contextualizar essa parte do trabalho é válido dizer que existe uma série de particularidades que nos permite analisar as experiências populistas latino-americanas em conjunto, tal qual elucida Ianni (1975) em

Há um andamento histórico-estrutural que parece ser comum ao conjunto da América Latina, ao lado das peculiaridades políticas, econômicas, sociais e culturais de cada país. Em outros termos, por sob o desenvolvimento desigual e combinado, que diferencia os países entre si e internamente, há relações, processos e estruturas que aparecem e reaparecem em diferentes países, devido ao modo pelo qual o conjunto da América Latina e de cada país de *per se* vincula-se ao capitalismo mundial. Aliás, o desenvolvimento desigual e combinado não é uma teoria do acaso, mas um modo particular de funcionamento das leis do capitalismo nas sociedades atrasadas ou dependentes (IANNI, 1975, p. 15).

A estrutura governamental do populismo latino-americano é marcada por uma hipertrofia estatal responsável por criar uma condição quase intrínseca e indissociável

do mesmo, um sistema chamado corporativismo estatal, no entanto, é necessário ressaltar sobre a dimensão que o Estado ocupa nesse tipo de governo, à medida que uma nova combinação de grupos e classes sociais se estrutura em seu entorno, um líder carismático ocupa o papel central e torna-se algo semelhante à uma figura heroica de “salvador da pátria”.

Quando um governo populista se estabelece, toda a estrutura do aparato governamental é reformulada, e neste momento a democracia representativa perde forças, uma vez que, os partidos políticos passam a ocupar papel secundário, especialmente porque os governos populistas – considerando os que estão sendo considerados nesse tópico: Perón e Vargas – apresentam características autoritárias, fazendo com que haja pouco ou nenhum espaço para manifestações e organizações de ideias políticas opostas às do regime vigente. Para Ianni, um dos grandes intérpretes do populismo latino-americano, o conceito de populismo está posto da seguinte forma:

As forças políticas do populismo tendem a conferir ao Estado funções peculiares, que aparecem tanto em sua versão democrática, como na ditatorial. Dentre essas funções, uma sobressai às outras. Dá-se preeminência à organização sindical vinculada ao aparelho estatal. Isto significa que as organizações não populistas são marginalizadas ou mesmo suprimidas. Ao mesmo tempo, o governo reformula os requisitos funcionais e organizatórios do sindicalismo, para mantê-lo dependente do aparelho estatal e limitado às finalidades da política populista. [...] A burocratização do sindicalismo, segundo as razões do Estado populista, obviamente acarreta uma delimitação bastante nítida das condições de atuação política das classes assalariadas. Na medida que a cúpula sindical se constitui como burocracia vinculada ou dependente do aparelho estatal, delimitam-se as suas possibilidades de organização, iniciativa, liderança e mesmo interpretação dos interesses da classe por ela representada. Essa burocratização implica na “despolitização” da atividade sindical. Isto é, o sindicalismo estatal politiza o proletariado segundo as diretrizes e os limites estabelecidos pelo regime populista. [...] Ao mesmo tempo, o governo não pode reduzir ou alterar os seus laços com o sindicalismo, que é uma das suas fontes de poder. Esse é o contexto em que se desenvolve o sistema Estado-partido-sindicato, como coluna-mestra do poder populista (IANNI, 1975, p. 131-133).

Partindo desse pressuposto, é possível afirmar que existe um aparato estatal sustentado pelo corporativismo, que tem justamente a pretensão de eliminar os elementos de conflito existentes entre as classes, através de acordos previamente articulados, que estabelecem normas para a resolução desses conflitos.

Na compreensão de Ianni (1975) sobre o populismo latino-americano, fica evidente a visão do autor de que a maneira como ele estrutura-se, enquanto tipo de governo, tendo como base fundamental de sustentação um Estado corporativista deveras forte e presente, a incorporação das massas à vida política não ocorre de maneira total, tratando-se apenas de uma realidade ilusória, criada com base no estabelecimento de alguns direitos mínimos que são oferecidos à essa parcela da população – as massas populares –, para que acreditem que aqueles que estão no poder também governam para eles, quando na verdade a concessão desses direitos serve como forma de controle da insatisfação popular e de imposição de limites à participação política. Assim dizendo, fica melhor ilustrado em:

Uma das peculiaridades do Estado populista é a combinação *sui generis* dos sistemas de mobilização e controle das massas assalariadas urbanas – quando não também rurais – com o aparelho estatal, especificamente o poder Executivo. Diferentemente do que ocorre na “democracia representativa”, quando tende a haver uma separação nítida, ainda que não absoluta, entre o Estado, o partido do governo e, portanto, as bases populares deste, no populismo ocorre uma combinação singular entre o Estado, o partido governamental e o sistema sindical. [...] A sindicalização, as férias remuneradas, a assistência médica, a proteção à operária gestante e à maternidade [...] são alguns dos direitos mínimos aos quais as massas passam a ter acesso, ainda que de modo desigual e incompleto. [...] No populismo, pois, os humilhados e ofendidos, os homens simples, ou *los olvidados*, no regime oligárquico, adquirem alguns direitos. É óbvio que esses direitos e deveres são também as condições e os limites da participação política dos assalariados urbanos nas campanhas e lutas relativas tanto aos problemas de classe como aos assuntos nacionais (IANNI, 1975, p. 125-127).

O importante e tão utilizado termo “corporativismo”, como fator quase que indissociável ao populismo latino-americano, pode ser definido da seguinte maneira:

Doutrina que prega a organização da coletividade baseada na associação representativa dos interesses e das atividades profissionais (corporações). Propõe [...] a remoção ou neutralização dos elementos de conflito: a concorrência no plano econômico, a luta de classes no plano social, e as diferenças ideológicas no plano político. O modelo corporativo se apresenta, pois, como fórmula contraposta ao modelo sindical, que seria o gestor do conflito subjacente à sociedade industrializada ou em vias de desenvolvimento, e o transformaria, de quando em quando, em uma relação de força entre trabalho e lucro. O modelo corporativo, pelo contrário, impediria justamente a formação de elementos de conflito, articulando as organizações de categoria em associações entre

classes e prefixando normas obrigatórias de conciliação para os dissídios coletivos do trabalho (BOBBIO *et al*, 2010, p. 287).

Além de estar muito presente no governo de Perón, na Argentina, o corporativismo é uma das grandes marcas do governo Vargas, no Brasil. E quem dedicou-se ao seu estudo foi Werneck Vianna, que não deixa dúvidas de que o pensamento corporativista foi uma das chaves principais do empreendimento revolucionário de 1930 no Brasil, e foi posto em prática durante a Era Vargas. Dito isso, Adalberto Cardoso (2006) fundamentado pelas ideias de Vianna reforça a teoria produzida por Ianni (1975) acerca desse assunto ao dizer que

O processo de representação classista em conselhos de estado excluía, quase sempre, os trabalhadores, e quando os incluía, era por meio da cooptação ou da imposição, jamais da “participação direta”. A relação das classes com o Estado, pois, não tinha caráter corporativo em sentido forte. Tinha, sim, um desenho legal corporativo utilizado, única e simplesmente, para repressão e controle dos trabalhadores, como instituiu Werneck Vianna (CARDOSO, 2006, p. 3).

Adalberto Cardoso (2006) mostra que o cenário na Argentina Peronista organiza-se de forma que: enquanto o Estado oferece proteção legal aos trabalhadores, os sindicatos e centrais sindicais garantem o controle dos membros e apoio político, e dessa maneira o Estado detém o controle sobre o capital, impedindo o conflito entre capital e trabalhador. As diferenças das estruturas corporativas dos dois países em questão mostram o maior êxito de Vargas em subordinar a classe trabalhadora, o que não quer dizer que o Estado Peronista não exercia controle sobre a classe operária. O que ocorreu foi que na Argentina existia uma maior autonomia da posição dos sindicatos em relação ao Estado, se comparados com os sindicatos brasileiros. Em ambos os casos, porém, o Estado ficava na posição dominante, configurando corporativismos de natureza estatal. Um excerto do trabalho comparativo entre Brasil e Argentina realizado por Smith (2010) pode aclarar de forma bastante objetiva as ideias de Cardoso (2006) quando ele diz que:

[...] Uma das chaves que nos ajudam a explicar as diferenças se encontra na escassa organização da classe trabalhadora e no fato de Vargas ter conseguido, a partir do Estado, controlar mais efetivamente seus sindicatos por meio de constrangimentos do que de estímulos. Por sua vez, na Argentina, Perón irá utilizar bem menos constrangimentos do que estímulos, em razão de uma classe trabalhadora bem mais organizada e independente (SMITH, 2010, p. 86-87).

Portanto, para Smith (2010) a natureza das diferenças encontradas entre as formas de estruturação dos Estados corporativos em ambos os países se deve ao fator de



organização da classe trabalhadora, o que, em grande parte, deve-se à atuação e relação dos sindicatos conjuntamente ao governo.

Quanto trata-se do caso brasileiro, é fundamental saber que as profundas transformações sociais e econômicas ocorridas a partir da década de 1930, marcadas pela figura do capitalismo industrial, propiciaram o surgimento de classes populares que precisaram ser incorporadas ao processo político-administrativo em algum momento. E foi assim que, durante o governo de Getúlio Vargas, e sobretudo à partir da década de 1950, surgiu o que podemos considerar como um governo popular, marcado pela exaltação nacionalista, que, segundo Weffort (1980) adotava muito mais o papel de confundir o real sentido de participação dessas novas classes sociais na vida política do que de esclarecê-lo.

Esse jogo político criado pelo Estado é bem trabalhado nas análises de Weffort, quando ele diz que:

Esta falta de autonomia das organização sindicais é apenas um aspecto da dependência política das organizações populares em geral (inclusive as partidárias) em face do poder constituído no Estado ou das regras de jogo ditadas pelos grupos no poder [...] Trata-se, com efeito, de uma situação em que a expressão política popular é, no essencial, individualizada através do sufrágio (fenômeno que se associa a estas duas outras características da política brasileira, a hipertrofia dos executivos e o elevado grau de personalização do poder governamental) (WEFFORT, 1980, p. 20-21).

Sendo assim, sobre o populismo brasileiro – não tratando somente de Vargas, mas considerando também Jânio Quadros e João Goulart, que governaram o país posteriormente – é possível dizer que ele foi um fenômeno necessário para a incorporação das massas populares à vida política do país, sobretudo quando trata-se de um país com um passado de formação agrária/rural e que a partir da Revolução de 30, passa a incorporar-se ao processo de industrialização vigente naquele momento em diversas partes do mundo, ainda que de uma forma muito particular, que será melhor elucidada no desenvolver deste trabalho.

Esta condição mais geral do populismo como fenômeno político – ou seja, a necessidade de uma relação especificamente política entre os indivíduos e o poder que no caso do populismo toma a forma de uma relação entre o poder e uma massa de indivíduos politicamente isolados entre si – só pode ocorrer no sistema capitalista. Deste modo, ao mesmo tempo que reconhecemos no populismo um fenômeno de massas, temos de especificar em cada uma de suas formas sua

natureza política, o que conduzirá, necessariamente, a uma especificação de classe. Distinguir a instância política é um pré-requisito importante no caso, exatamente porque o populismo não aparece como de natureza plenamente política. É característica geral da “sociedade de massas”, e não apenas no Brasil, o obscurecimento da relação política ao mesmo tempo em que a torna fundamental. No caso brasileiro, e aparentemente também no caso argentino, esta tendência se expressa na assimilação ou na redução do populismo a um tipo de relação social “pré-capitalista”. Esta assimilação do populismo ao passado, na tentativa de tratá-lo como fenômeno residual constitui o núcleo da interpretação corrente, tanto na versão nacionalista como na liberal. A primeira percebe-o como “não ideológico” a segunda lamenta que as massas se orientem por “pessoas, não por ideias” (WEFFORT, 1980, p. 27).

Neste breve trecho de uma interpretação de Weffort (1980) é possível notar que o autor já considera ao menos duas vertentes para o fenômeno do populismo, são elas: o populismo nacionalista e o populismo liberal. Isso indica que desde as primeiras tentativas de compreensão e análise realizadas no entorno desse fenômeno e até os dias atuais, o populismo apresenta mais de uma vertente e cada uma delas com características bem distintas e singulares. É possível observar também que o autor coloca o fenômeno como um período de transição entre a sociedade agrária e a capitalista-industrial, tratando-o como um tipo específico de relação social de cunho político, entre o líder e as massas.

Considerando que, para Weffort (1980) a parcela da população que está inclusa nessa relação é a pequena burguesia urbana, excluindo as massas populares e rurais deste processo. Tal fato vai de encontro ao pensamento de Ianni (1975) quando este diz que essa nova sociedade urbano-industrial ainda não conta com instituições políticas estruturadas, por exemplo, na forma de partidos políticos, o que poderia ajudar na incorporação dessas massas à vida política de maneira mais igualitária, no entanto, na falta desse mecanismo típico da democracia representativa, o processo ocorre de maneira díspar. Segundo Ianni (1975), a justificativa para a conjuntura em questão se deve ao fato de que

A coalizção populista seria consequência da debilidade das “alternativas liberal e operária” na América Latina. Isto é, as condições sociais e políticas peculiares dos países latino-americanos favoreceriam as alianças populistas e dificultariam o funcionamento da democracia representativa, por um lado, e dos partidos autenticamente operários, por outro (IANNI, 1975, p. 31).

Em uma tentativa de sintetizar o pensamento de Weffort (1980) acerca da temática, Gomes (2017) observa que

Para Weffort, simplificando muito, pode-se dizer que o populismo é produto de um longo processo de transformação da sociedade brasileira, instaurado a partir da Revolução de 1930, e que se manifesta de uma dupla forma: como estilo de governo e como política de massas. Assumindo uma nítida perspectiva histórica, sua análise incidirá na construção de dois tempos para a investigação do referido processo. O tempo das “origens” do populismo, que o remeterá para um estudo da natureza da Revolução de 30 e dos confrontos políticos que dela se desdobraram; e o tempo da república populista de 1945-1964, com a experimentação da liberal-democracia. No que se refere às origens, trata-se de assinalar a crise do liberalismo oligárquico brasileiro e a necessidade do alargamento institucional das bases sociais de poder do Estado (GOMES, 2017, p. 32).

Isso significa dizer que segundo Weffort (1980) e Gomes (2017) a relação que se instaura no âmbito de um governo populista – sobretudo na experiência brasileira – é muito mais no sentido de uma manipulação, com base no controle do Estado sobre as massas recém surgidas naquela conjuntura, do que qualquer outro tipo de relação política e/ou social. No entanto, Gomes (2017) destaca que essa manipulação não ocorria de forma completa e absoluta, uma vez que defende o caráter burguês do regime populista – assim como Weffort – baseando-se no fato de que este possui natureza ambígua, oscilando enquanto busca o equilíbrio entre o autoritarismo e a democracia, de acordo com suas necessidades mais latentes, para ela “um equilíbrio sem dúvida instável, que poderia ser rompido pelo crescente peso dos setores populares, sobretudo em situações de crise econômica ou política” (GOMES, 2017, p. 42).

Ao analisar autores clássicos e pioneiros no estudo do populismo latino-americano, Ianni (1975) conclui brevemente que, de forma resumida

Nas contribuições de Germani, Di Tella e Graciarena está presente e predominante a preocupação com as condições sociais e políticas de formação da democracia na América Latina. Em consequência, o populismo acaba por ser encarado como um desvio no que deveria ser a evolução, natural ou desejável, para o regime democrático. Daí a preocupação predominante com os aspectos como os seguintes: revolução de expectativas, efeito demonstração, ou deslumbramento, e incongruência de *status*; o caráter demagógico e carismático da relação líder-massa; o cunho emocional, personalizado e enganoso da ideologia; a tendência autoritária, o desprezo pelas liberdades civis e os traços fascistas; o nacionalismo retórico (IANNI, 1975, p. 33).

A partir daí podemos observar os possíveis e prováveis impactos que as primeiras experiências populistas latino-americanas, a dizer entre as décadas de 30 e 60, aproximadamente, deixaram de legado para as conjunturas políticas, econômicas e sociais subsequentes, bem como para a consolidação da democracia nesses países.

### 2.3 Debatendo o populismo na atualidade

[...] hoje, o populismo autoritário cresce no mundo todo, da América à Europa e da Ásia à Austrália. Não é de hoje que os eleitores repudiam esse ou aquele partido, político ou governo; agora, muitos deles parecem estar fartos da democracia liberal em si. A eleição de Donald Trump para a Casa Branca foi a manifestação mais aparente da crise da democracia. [...] E a eleição de Trump dificilmente pode ser considerada um incidente isolado. Na Rússia e na Turquia, déspotas eleitos conseguiram transformar democracias incipientes em ditaduras eleitorais. Na Polônia e na Hungria, líderes populistas rezam essa mesma cartilha para destruir a liberdade de imprensa, solapar as instituições e calar a oposição. [...] Mesmo nas democracias supostamente estáveis e tolerantes – Suécia, Alemanha, Holanda –, os extremistas têm celebrado triunfos sem precedentes. Não resta mais a menor dúvida de que estamos em um momento populista. A questão agora é se esse momento vai se tornar uma era populista – e pôr em xeque a própria sobrevivência da democracia liberal (MOUNK, 2019, p. 16-17).

O excerto acima, extraído da recente e tão importante obra produzida por Mounk (2019) nos fornece um panorama geral para o início do debate que está desenvolvido no decorrer desse capítulo. Nas poucas palavras citadas acima, o autor é capaz de colocar em pauta um dos temas mais importantes que está sendo debatido no interior da Ciência Política nos dias atuais. Na visão de Mounk (2019) não há dúvida em relação ao que está ocorrendo no cenário político global, ou seja, no fato de haver uma enorme semelhança entre os governantes – e práticas políticas – que chegaram ao poder na última década em distintos – e importantes – países do mundo. Para ele, trata-se claramente de uma nova era populista.

O que será debatido nos tópicos posteriores é justamente um questionamento baseado no ponto de vista do autor. A ideia central é: expor algumas perspectivas que possibilitem a discussão acerca da recente conjuntura que pode ser observada em âmbito global, a dizer: uma tentativa de compreender se o que está ocorrendo é, de fato, uma nova era populista – com características deveras distintas do populismo

clássico (exposto também no presente trabalho), ou seja, o surgimento de um novo tipo de populismo, com aspectos singulares e muito significativos – ou somente uma onda de nacionalismo exacerbado, questões pontuais – como a xenofobia e o ódio às minorias – e enfraquecimento da democracia liberal, mas que, no entanto, não pode ser considerada como “populista”, devido à diferença que apresenta em relação aos casos de governos populistas conhecidos e analisados até o momento.

### **2.3.1 Somente uma onda nacionalista ou novas formas de populismo?**

Uma recente onda nacionalista – ou podemos dizer “populista”? – pode ser observada como uma ameaça, não só ao livre-comércio e às instituições políticas internacionais, mas também às bases da democracia liberal, culminando, entre outras coisas, no comprometimento dos direitos das minorias, que podem ser severamente afetados diante do avanço nacionalista que conseguimos observar no presente cenário político internacional, em diversas partes do mundo.

Galston (2017) em sua obra intitulada “A vez do populismo” exemplifica esse atual momento político global a partir dos exemplos da vitória de Donald Trump, nos Estados Unidos; da ascensão nacionalista na Hungria (desde 2010); e na Polônia (desde 2015), além de chamar a atenção para o modo que partidos de extrema direita ganharam forças nas últimas eleições na Europa – em importantes países, à exemplo de França e Alemanha.

Essa breve exposição inicial representa o pensamento de muitos estudiosos do tema – entre cientistas sociais, cientistas políticos, sociólogos, historiadores, internacionalistas, etc – e, também, de comentadores políticos, sobretudo jornalistas, que, ao fazerem uma análise do cenário político internacional atual, classificam muitos dos eventos importantes que estão ocorrendo em vários países como: uma “nova onda populista”, a “ascensão da extrema direita” ao poder, ou até mesmo como “onda populista de direita”. Entretanto, o conceito de populismo torna-se controverso a partir do momento em que comparamos Donald Trump – e outros dos políticos que estão sendo rotulados de populistas neste cenário – com os populistas clássicos e esse é um ponto crucial do corrente trabalho. Daí surge a necessidade de definir o que é, de fato, o populismo, e o que é apenas a chegada ao poder de figuras antissistema (*outsiders*), tais como Donald Trump e, também, aqueles que se autodenominam “gestores e não políticos”.

**Foto 2** – Charge: A ascensão do nacionalismo no panorama político global



**Fonte:** Google Imagens<sup>3</sup>

A ascensão dessas figuras aos mais altos cargos governamentais pode ser explicada pela junção de dois fatores primordiais:

- 1) momentos de crise política, social ou econômica, diante dos quais as instituições políticas ficam em descrédito com a população, e, conseqüentemente, perdem forças;
- 2) quando aliado à essas conjunturas surge uma figura *outsider* que possui um determinado carisma.

Tais fatores associados à utilização do discurso midiático formam a equação responsável pela maior parte dos bons resultados obtidos por esses líderes nos pleitos eleitorais, o que pode fazer com que muitos estudiosos da área classifiquem-nos como populistas pois, sabendo que, a medida em que criam discursos que aproximam-se cada vez mais do que a população deseja ouvir naquele momento específico –ainda

<sup>3</sup> Disponível em: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/thumb/NGQyYjk4YzNkMTI4OTMwMjZiNGIwOWNINzQ1NzZiYzNfMDcyODZhNTdlNDc5MmY4MTdmNTIxNjUyZWE3YTZhNjcucG5n>. Acessado em 11 de fevereiro de 2020.

que tal discurso nada tenha a ver com a história e a vida do líder em questão – criam os cenários perfeitos para a difusão de seus ideais. Assim sendo, ganham credibilidade de grande parcela da sociedade, e, acima de tudo, criam a identificação necessária entre governantes e governados.

Assim sendo, por esses e outros motivos – a depender do caso que está sendo analisado – muitos desses líderes que surgiram na última década, são considerados dentro do campo político, como adeptos ao modo populista de governo. O problema inicial da pesquisa diz respeito justamente à essa utilização do conceito de forma imprecisa, pois, uma vez que não há uma definição universal – e, por universal leia “adotada por todos aqueles que são estudiosos da área” – quaisquer figuras antissistema podem ser classificadas como populista, desde que apresentem certas características de recorrência em alguns dos casos mais conhecidos de governos populistas ao longo da história, mesmo que não em todos eles.

Todavia, a ênfase aqui deve ser destinada de maneira absoluta à questão principal, que consiste em compreender que, ainda que tais figuras representem um momento de insatisfação da população para com a atual conjuntura política de um determinado país e uma alternativa contrária ao que está posto nesse cenário, elas não equivalem a uma ruptura com toda a estrutura governamental vigente, fato que ocorreu nos casos do considerado populismo clássico – leia-se aqui: no Brasil (Vargas) e na Argentina (Perón) –, sendo, portanto, um traço que imprescindivelmente necessita ser levado em consideração.

Diante do exposto até o momento, também é válido ressaltar que os partidos políticos voltam a representar uma força de menor importância dentro de tais circunstâncias e isso é um ponto em comum com os populismos clássicos, que é o fato de a figura do líder político tornar-se maior que a do próprio partido. Contudo, é necessário aprofundar-se nos estudos de caso das experiências mais conhecidas do populismo clássico – o que será feito no segundo capítulo do corrente trabalho – para dar conta de analisar, futuramente, esses novos casos que estão emergindo e sendo designados como governos ou líderes populistas, mas, apesar disso, não iremos nos dedicar à realização de tal análise neste trabalho, por não abranger a essência do mesmo. Para Galston (2017) o atual momento político pode ser chamado de “quarta convergência política democrática” do pós-guerra e, ele considera que a escalada desse momento deve-se à diversos fatores, entre eles podem ser destacados: as ondas migratórias para a Europa à partir de 2015; o avanço tecnológico permitido

pelas novas economias baseadas no conhecimento; e o conseqüente nascimento de uma nova elite, que, por sua vez, excluía cada vez mais os cidadãos de áreas periféricas e rurais, dando início ao que o autor chama de “rancor populista”.

A predileção da elite por sociedades abertas confronta-se com uma crescente demanda por novas formas de protecionismo econômico, cultural e político. (...) Há uma crescente impaciência no Ocidente com governos que se mostram incapazes de agir com firmeza diante de um crescente número de problemas. O sentimento cada vez maior de insegurança gerou uma demanda por líderes fortes, e formas de autoritarismo que muitos acreditavam terem sido deixadas para trás há pelo menos meio quarto de século ameaçam ressurgir.” (GALSTON, 2017, p. 5)

Deste modo, portanto, fica evidente que, para o autor, a origem de uma nova elite está diretamente relacionada à ascensão desses líderes ao poder, sejam eles representantes de uma nova forma de populismo ou não. Galston (2017) elucida também a crescente demanda – sobretudo no Ocidente – por líderes fortes o suficiente e capazes de solucionar os infortúnios mais urgentes da sociedade, em momentos que as instituições mostram-se incapazes de fazê-lo.

Apesar desses “novos líderes populistas” – o termo está entre aspas devido à falta de consenso em relação ao mesmo – que estão em ascensão ao redor do mundo afirmarem que não representam um risco e/ou uma ameaça para a democracia liberal, uma vez que foram democraticamente eleitos e respeitarão as regras do jogo político e eleitoral (assim o dizem), muito pode ser observado em relação aos ataques às instituições democráticas, e Galston (2017) representa isso de maneira suficientemente axiomática ao dizer que

Poucos líderes e movimentos no Ocidente ousam contestar a ideia da democracia em si. Não se pode dizer o mesmo do liberalismo, que tem sido crescentemente alvo de ataques durante a última década. Muitos passaram a ver instituições liberais como a imprensa livre, os tribunais constitucionais e os direitos individuais não como proteções contra o poder público, mas como obstáculos à governança efetiva. Para resolver grandes problemas, alegam, o governo precisa ter a capacidade de agir de forma eficaz, sem as amarras liberais. (GALSTON, 2017, p. 15)

Diante do exposto e das demais características que podem ser observadas nessa “nova onda populista” que toma proporções cada vez mais significativas em âmbito internacional, é possível concluir que o populismo pode sim, se apresentar



como uma ameaça à democracia liberal, ainda que isso não seja prerrogativa em todos os governos de tipo populista. Porém, esses normalmente surgem em contextos de extrema descrença e falta de credibilidade da sociedade para com as instituições democráticas e representativas. Segundo Galston (2017), sobretudo no que tange ao caso americano no cenário das eleições em que Donald Trump foi eleito

A revolta contra o liberalismo, portanto, apoia-se nesses três argumentos: as instituições liberais ameaçam a governança efetiva e os princípios liberais enfraquecem a soberania nacional e forçam os cidadãos a conceder o mesmo status a pessoas diferentes deles. [...] O que, sob o ponto de vista de muitos, soa como preconceito de diversos tipos, não só para com os imigrantes (xenofobia) mas para com os indivíduos pertencentes a classes ou grupos sociais e econômicos diferentes dos seus (elite política e financeira do país). Sendo assim, é possível concluir que “A democracia liberal não é autossustentável. É uma conquista humana, não uma inevitabilidade histórica. Como toda criação humana, pode ser minada por dentro, quando aqueles que a apoiam deixam de defendê-la”. (GALSTON, 2017, p. 16-19).

Desde o fim de a Segunda Guerra Mundial, estabeleceu-se um pacto democrático-liberal, segundo o qual os governos popularmente eleitos ficariam responsáveis pelo crescimento econômico, questões de bem-estar social da população e segurança nacional e contra as ameaças internacionais, à medida que a população delegaria aos mesmos o poder de decidir em nome da sociedade de modo geral. No entanto, a partir do momento em que as elites governantes e as instituições políticas passaram a apresentar claros sinais de incapacidade no cumprimento de sua parte nesse acordo, a confiança pública diminuiu, conforme conclui Galston (2017).

### **2.3.2 Como emerge o populismo: contextos, crises e conjunturas**

O populismo pode ser entendido por muitos, quando observado de maneira superficial, como um fenômeno intermediário entre a demagogia – esta demonstrada através da liderança carismática, típica do populismo – e a intolerância – também marcada em muitos governos desse tipo por meio do autoritarismo exercido por seus governantes –, no entanto, ainda não há uma definição que englobe os estudiosos do tema dentro de uma mesma conceituação. Uma das muitas definições relativas ao conceito de populismo e que foi citada por Savarino (2006) está descrita da seguinte maneira:

Aquelas fórmulas políticas pelas quais o povo, considerado como conjunto social homogêneo e como depositário exclusivo de valores positivos, específicos e permanentes, é fonte principal de inspiração e objeto de constante referência (DI CAMERANA, 1979, p. 832, *apud* SAVARINO, 2006, p. 81, tradução nossa).

Ainda em conformidade com o autor, é possível observar a sugestão de um caminho a ser seguido por quem embarca na arriscada tentativa de analisar o conceito, sabendo que, muitos estudos acerca do fenômeno do populismo classificam as experiências entre esquerda e direita, no entanto, Savarino (2006) sugere que um bom caminho para conduzir o trabalho de forma a não incorrer em erros de diversas naturezas é abster-se de utilizar tais conceitos de bipolaridade partidária, uma vez que para fazer quaisquer generalizações seria necessário realizar rigorosas análises na área, e, o fenômeno do populismo, por si só, enfrenta uma enorme dificuldade de encontrar concordância em nível global no que tange o seu significado. Para que seja possível utilizar tal tipo de classificação – de bipolaridade partidária –, é necessário que cada caso analisado seja considerado dentro de um contexto específico do local onde ele ocorre ou ocorreu.

Savarino (2006) exemplifica seu ponto de vista ao dizer que

Esta linha de estudos se fortalece na medida e que os ‘neopopulismos’ latino-americanos e europeus têm desafiado os esquemas interpretativos estruturalistas clássicos e têm reconsiderado a centralidade antes atribuída a América Latina como berço e espaço privilegiado do fenômeno. Alguns populismos, como o de Hugo Chávez, parecem reproduzir quase fielmente as velhas formas, mas outros são completamente diferentes. Em geral, existe um polimorfismo bem definido entre as distintas manifestações populistas que se observam hoje no Velho e no Novo Continente e, ademais, uma proliferação de estilos de discurso e liderança parcialmente populistas (SAVARINO, 2006, p. 81, tradução nossa).

Uma das principais características que pode ser observada em diversas experiências populistas é a ausência da divisão de classes dentro do conceito de povo – também conhecido e citado por alguns teóricos como massas – que é sempre tido como um todo, como se não houvesse diversas classes socioeconômicas dentro dessa camada chamada de “povo”. Esse mesmo povo é quem detém no populismo – ao menos teoricamente e o que é representado nos discursos dos líderes – o poder total e absoluto, não no sentido na tomada de decisões, já que são representados por

um líder, mas no sentido de ditar, definir e delimitar os rumos da história, ou seja, dentro da realidade e de seus contextos, a vontade do povo é suprema e todo o poder é dado a ele, o líder é a figura representativa do poder que emana do povo e está no cargo somente para atender às necessidades daqueles que representa.

Porém na visão de Savarino (2006) alguns aspectos são fundamentais para concluir se um governo é do tipo populista ou não, e entre eles é possível citar: a apelação ao povo através de um líder carismático que utiliza de um discurso apelativo e de uma mobilização direta e que faz crítica às práticas políticas tradicionais, ou seja, uma 'antipolítica' que aponta para uma regeneração de uma comunidade popular idealizada. Para além disso, o autor também cita alguns exemplos que estão inseridos dentro do chamado "populismo clássico" e que apresenta claramente o modelo formado de uma sociedade de massas formando uma nova classe popular que se opõe às oligarquias dominantes das sociedades da época, respeitando as especificidades regionais.

Savarino (2006) utiliza o conceito de "democracia populista" em contraposição à "democracia representativa", sendo a primeira uma expressão direta da vontade popular que se expressa e acontece por intermediação de um líder, enquanto que na segunda o poder não está nas mãos do povo, e sim dos governantes, estes que, dizem representar a vontade das pessoas que os elegeram, mas o que ocorre, na maioria das vezes é um governo voltado somente às elites, tanto políticas quanto econômicas, fazendo com que o povo fique em segundo plano. Portanto, há uma clara diferença entre a "democracia populista" e a "democracia representativa", ainda que ambas sejam modelos de democracia, nem sempre a vontade do povo – nesse caso leia-se "povo" como a maior parcela e a camada mais necessitada da sociedade – é o que prevalece.

A liderança carismática é o elemento marcante, sem exceções, no interior dos populismos clássicos e neopopulismos. Ela atinge tamanha importância devido ao fato deste líder ascender diretamente do povo como forma de representação imediata de suas vontades, aspirações, reivindicações e ideais de vida e de sociedade. O líder populista representa uma identificação direta e indissociável para com a chamada "sociedade de massas", ou, popularmente falando, o povo. É pré-requisito fundamental para a construção de uma liderança desse tipo, que o líder crie exatamente esse tipo de identificação com as camadas populares da sociedade, ainda que, para conseguir tal feito, esse líder necessite "arquitetar uma imagem" que nem

sempre é condizente com sua história de vida e realidade. E a criação dessa imagem do líder populista é deveras necessária pelo fato de que o discurso líder-povo exige uma linguagem específica, que seja acessível e direta, livre de meandros estilísticos, para que se faça entender e a comunicação torne-se possível.

**Foto 3** – Getúlio Vargas desfila em carro aberto no 1º de maio de 1940, no Estádio de São Januário (Rio de Janeiro)



**Fonte:** Google Imagens<sup>4</sup>

Tal identificação entre o líder e as massas pode ser observada na foto acima, quando Getúlio Vargas consegue reunir, no evento do Dia do Trabalho, do ano de 1941, no Estado de São Januário (Rio de Janeiro) – que naquela ocasião era considerado o segundo maior da América Latina, perdendo apenas para o Pacaembu, que foi construído um ano antes do evento em questão. Vargas reunia dezenas de milhares de pessoas no estádio nessa data e fazia longos discursos, foi também na ocasião da foto que o então Presidente anunciou a criação do salário mínimo no país<sup>5</sup>.

<sup>4</sup> Disponível em: <https://horadopovo.com.br/wp-content/uploads/2018/08/P8-getulio-dia-do-trabalho.jpg>. Acessado em 11 de fevereiro de 2020.

<sup>5</sup> Informações disponíveis em: <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/no-dia-do-trabalho-vargas-jk-reuniam-multidao-no-estadio-de-sao-januario-12350443#ixzz6Di6ESkjm>. Acessado em 11 de fevereiro de 2020.

O discurso populista é, quase sempre, baseado no fato de que existe uma ameaça ou perigo na figura de um inimigo e esse inimigo varia de acordo com cada experiência populista, devido ao contexto regional, histórico e temporal do momento em que ele ocorre. Conforme descrito em Savarino (2006) é por esse motivo que o discurso populista baseia-se sempre em uma dualidade: os bons e os maus. Os maus representam a ameaça e o perigo – que pode estar na imagem de uma elite, um partido, um governante, um grupo de pessoas, um movimento, entre outros fatores, a depender do contexto – enquanto os bons representam os trabalhadores, o povo, as “massas” e o líder que, segundo seu discurso, quer ajudar e atender as necessidades dessa camada tão grande e expressiva, porém pouco ouvida, dentro da sociedade.

Os líderes populistas acreditam ser “salvadores da pátria”, e menosprezam a democracia representativa como uma forma efetiva de representar a vontade popular. Em linhas gerais, para Savarino (2006) o populismo expressa uma vontade popular de renovação do sistema político vigente, independente do contexto histórico e socioeconômico, isso aplica-se a todos os casos e experiências populistas. Para o autor “é aqui onde o recurso ao populismo ativa uma mobilização positiva para ‘limpar’ o corpo social afetado pelas enfermidades das políticas democráticas convencionais. O populismo irrompe em cena quando falham as instituições representativas da democracia liberal.” (SAVARINO, 2006, p. 89, tradução nossa).

Ou seja, observando as principais experiências populistas é possível concluir que estas surgem, sobretudo, em momentos de graves crises políticas – que normalmente estão associadas também à crises no sistema econômico e social – que acabam por colocar em cheque a efetividades do papel que deveria ser desempenhado pelas instituições políticas democráticas, em prol dos mais necessitados, quando muitas vezes, o que pode ser observado, é uma série de benesses às elites em detrimento do descaso com as camadas populares, sobretudo nos países da América Latina, onde há muita desigualdade social e de desenvolvimento.

No que tange ao discurso populista, Savarino (2006) conclui que:

Ademais, o populismo parece adaptar-se melhor às mudanças introduzidas pela tecnologia das comunicações de massas, tanto na mensagem visual direta, emocional, projetada por populares líderes carismáticos, é mais eficaz que o velho discurso técnico, utilitarista e racional dos políticos liberais. (SAVARINO, 2006, p. 90, tradução nossa).

Isso quer dizer que, segundo o autor, o populismo é um fenômeno se adapta muito bem à evolução dos meios de comunicação, em todas as formas e níveis do discurso populista, sendo assim, consegue um resultado mais positivo quando o quesito é aproximação com as classes populares do que os políticos que utilizam um discurso técnico e pré-definido, que não se adapta às mudanças ocorridas no interior das sociedades. Um bom exemplo disso, é que os líderes populistas da atualidade – leia-se os governantes com características populistas que emergiram na última década – fazem uso das redes sociais, a forma de comunicação mais rápida e que consegue atingir o maior número de pessoas ao mesmo tempo, que conhecemos nos dias de hoje.

Para elucidar essa linha de raciocínio, é possível utilizar um trecho da obra de Savarino (2006) na qual ele afirma que

Tudo parece indicar que o populismo manifesta ali onde o ‘povo’ que é chamado pelos líderes percebe uma situação insustentável de crise, vazio, fragmentação da unidade orgânica comunitária, que não encontra solução nos canais da política formal e institucional. Esta percepção aumenta nos momentos em que grandes transformações sociais, econômicas e culturais fazem parecer obsoleto e incapaz, o sistema político tradicional. A consequência é o nascimento de movimentos populistas que contestam o *establishment*, as instituições e os mecanismos legais-representativos. (SAVARINO, 2006, p. 90-92, tradução nossa).

Tendo em vista o que foi dito anteriormente, é válido explicar o cenário político e social no qual essa suposta “nova era populista” emergiu, a partir da observação do panorama europeu. O contexto que pode ser percebido na Europa é notado, entre outros pontos, pela ascensão de partidos considerados “de direita” ou “extrema direita”, sendo assim, conseqüentemente, é necessário compreender os motivos pelos quais os partidos que são tidos como formadores do espectro política da esquerda, em alguns países da Europa, perderam lugar e entraram em decadência nas eleições ocorridas nos últimos dez anos, pois somente assim será possível delinear um norte que nos permita compreender melhor a atual situação social e política nesses países. Para Berman e Snegovaya (2019) a situação pode ser explicada por uma série de fatores e acontecimentos históricos, que são elencados do seguinte modo:

O declínio da manufatura na Europa Ocidental no fim do século 20 enfraqueceu a classe trabalhadora e os sindicatos, encolhendo a tradicional base eleitoral da esquerda e reduzindo o peso de organizações que haviam sido suas mais importantes afiliadas. Durante o mesmo período, valores pós-materialistas como autoexpressão, ambientalismo, cosmopolitismo, liberdade sexual e igualdade de gênero assumiram nova proeminência em sociedades ocidentais. Eleitores imbuídos desses valores consideravam-se de esquerda, mas diferenciavam-se de eleitores tradicionais de esquerda, que permanecia ligados a identidades nacionais, priorizavam a lei e a ordem e preferiam o crescimento à proteção ambiental. As divisões entre os eleitores da “nova” e da “velha” esquerda deixaram partidos socialistas e social-democratas em conflito e confusos (BERMAN; SNEGOVAYA, 2019, p. 50)

Ou seja, para as autoras fica evidente que transformações ocorridas no interior de tais sociedades ao longo do século anterior, foram as responsáveis pela ruptura da esquerda em frentes com demandas distintas, o que fez com que esse espectro político perdesse forças diante do seu opositor. Enquanto a esquerda política sofria subdivisões em seu âmago, a direita, aproveitando-se da situação, consolidou suas forças diante de novas demandas que surgiram em grupos sociais recém-constituídos.

Berman e Snegovaya (2019) defendem que o fator principal que alavancou o deslocamento da esquerda para o centro em relação às questões de caráter econômico foi o fato de a esquerda aceitar – e adotar – medidas neoliberais. Tal deslocamento causou impactos significativos a longo prazo, uma vez que ele “criou incentivos para que partidos enfatizassem questões culturais e sociais em vez de econômicas ou de classe; e enfraqueceu a natureza representativa da democracia” (BERMAN; SNEGOVAYA, 2019, p. 51-52). Em suma, é possível dizer que a ideia exposta aqui representa uma visão de que a mudança do caráter econômico da esquerda política em alguns países da Europa é o fator-chave para o declínio da mesma, bem como, para criar a abertura necessária que a direita utilizou para ascender nessas sociedades.

Segundo Berman e Snegovaya (2019) o momento político que estamos observando agora, teve início nas transformações ocorridas a partir do pós-guerra e seus pensamentos ficam melhor expressados em:

Durante as décadas anteriores, uma direita pró-livre mercado estava se organizando e pensando sobre o que via como as desvantagens da ordem social-democrata do pós-guerra. Quando veio a crise, a direita pró-livre mercado já dispunha tanto de explicações como de soluções. Isso, combinado com a incapacidade da esquerda de propor um

caminho alternativo viável, ajudou a direita neoliberal a ganhar dominância ideológica com seu argumento de que “não há alternativa”, nas palavras de Margaret Thatcher, à liberalização dos mercados e à redução do papel do Estado. [...] Com a esquerda tradicional não mais sendo capaz de capturar o crescente descontentamento popular, uma oportunidade de ouro surgiu para uma força política empreendedora. Essa força política revelou-se ser o populismo. [...] Acadêmicos e comentaristas políticos há muito reconhecem que os partidos de direita tentam, particularmente durante tempos econômicos difíceis, direcionar a atenção do público para questões sociais e identitárias, em vez de questões econômicas e de classe. [...] Eleitores de populistas de direita estão unidos em torno de visões sociais e culturais, e o eleitorado associa partidos populistas a questões como imigração e ordem. (BERMAN; SNEGOVAYA, 2019, p. 57-60)

Destarte, é possível afirmar, mais uma vez, e, em conformidade com Savarino (2006) que a fragilidade da democracia liberal e a ascensão de governos com características típicas do populismo está diretamente associada a momentos de crises econômicas e sociais, independentemente das particularidades das mesmas. Sendo assim, o foco dos partidos e/ou líderes que conseguem ocupar o poder nesse tipo de situação, concatena-se diretamente com a capacidade de desviar o foco central da sociedade das questões econômicas para as questões de natureza cultural. Por isso, fica tão em voga a temática da xenofobia e dos movimentos migratórios quando o assunto é a ascensão desses governos, chamados na atualidade, de “populistas de direita”.

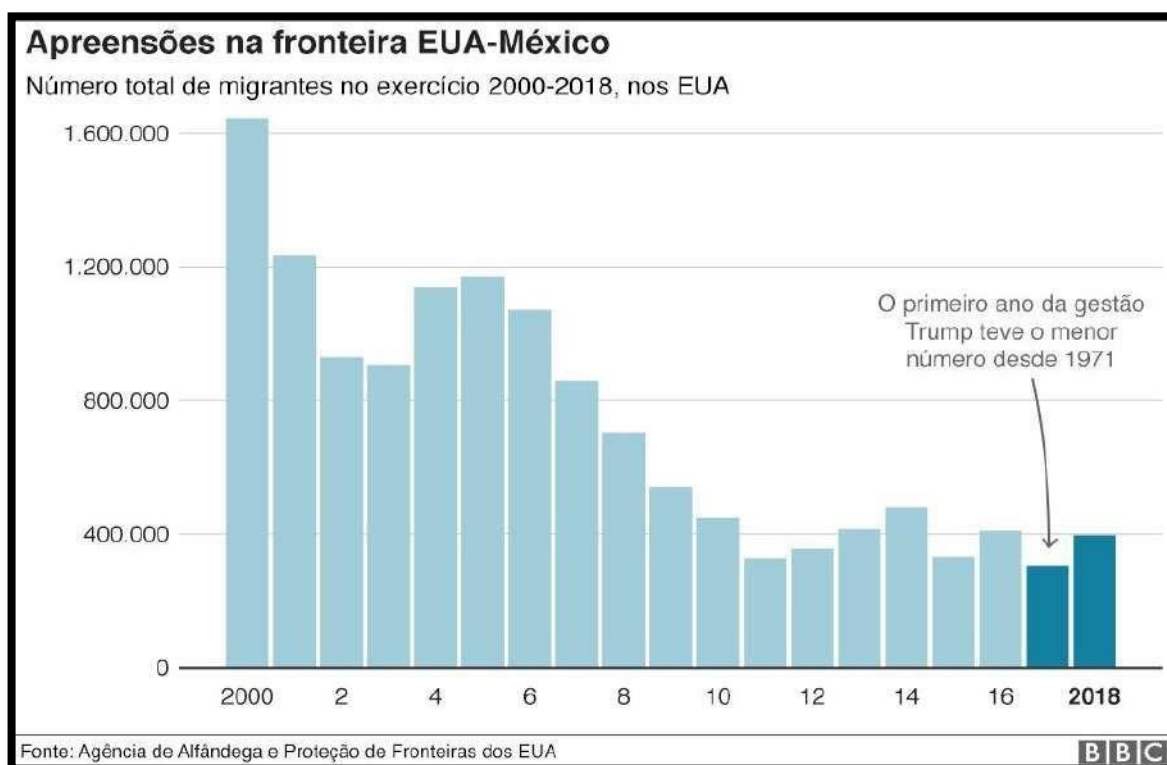
A maneira pela qual esses líderes antissistema colocam em pauta questões de natureza cultural na contemporaneidade é através do meio de comunicação mais utilizado na maioria das sociedades tidas como “desenvolvidas” – quando observadas a partir do caráter econômico –, à dizer: as redes sociais. Segundo o pensamento de Cilia (2017), muito mais do que utilizar as redes sociais<sup>6</sup> para a divulgação de suas ideias e ideologias, esses políticos, utilizam-nas como uma fonte ideal de proposição de “soluções fáceis” para questões de cunho cultural. Inclusive, o referido autor chega a citar em uma nota de rodapé o que, segundo ele, é o maior exemplo sobre o tema na atualidade: “a proposta do presidente Donald Trump para enfrentar o complexo problema da imigração nos Estados Unidos ao simplesmente construir um muro de contenção na fronteira entre aquele país e o México” (CILIA, 2017, p. 30)

<sup>6</sup>As redes sociais fazem parte das NTIC – Novas Tecnologias da Informação e Comunicação e um artigo sobre a utilização das mesmas para fins de divulgação em massa do discurso político e que trata das possibilidades que as redes sociais oferecem para a difusão desse discurso, e, que serve de base reflexiva para o tema, pode ser encontrado em: <https://revistas.ufpr.br/abralin/article/view/42563>. Acessado em 16 de fevereiro de 2020.



É interessante notar que as novas tecnologias de comunicação e mídias sociais, apesar de aumentarem a gama de informação política disponível para a população, aumentaram igualmente a complexidade dos problemas coletivos e a percepção de suas consequências sobre o tecido social, situação para a qual o populismo possui sempre uma solução simplificada (CILIA, 2017, p. 30)

**Gráfico 1** – Apreensões de migrantes na fronteira entre os Estados Unidos e o México



Fonte: *BBC Portuguese International*<sup>7</sup>

Analisando o gráfico acima, é possível concluir que – além da informação explícita no mesmo, de que no primeiro ano de mandato de Donald Trump à frente da presidência dos EUA, o número de apreensões de migrantes na fronteira foi o menor desde 1971 – durante o período compreendido entre 2000 e 2009, quando o país esteve sob o comando do Republicano George W. Bush, houve uma queda significativa, uma vez que, considerando o período como um todo, passou de um

<sup>7</sup>Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-46944513>. Acessado em 18 de fevereiro de 2020.

bilhão e seiscentas mil pessoas, para algo em torno de quinhentas mil pessoas ao final de seu mandato.

Posteriormente, com o país sob o comando de Barack Obama, do partido Democrata, analisando o período abrangido entre 2009 e 2017, o número manteve-se em baixa, oscilando entre quinhentas mil pessoas e uma média de trezentos e cinquenta a trezentos e oitenta mil – pelo que pode ser concluído através da leitura visual do gráfico. Já em 2018, esse número volta a subir, durante o segundo ano do mandato de Donald Trump – ainda Presidente em exercício dos Estados Unidos.

Essa análise é de fundamental relevância para que seja possível repensar e compreender a dinâmica dos fluxos migratórios na atualidade e todas as questões que servem de plano de fundo para tal cenário. É necessário entender se os fluxos migratórios estão realmente crescendo, sobretudo o caso analisado – no sentido México-Estados Unidos, uma vez que o gráfico mostra uma diminuição no número de apreensões de migrantes na fronteira nas últimas duas décadas –, e por quais motivações essas pessoas estão saindo de seus países com maior intensidade, caso isso esteja ocorrendo de fato.

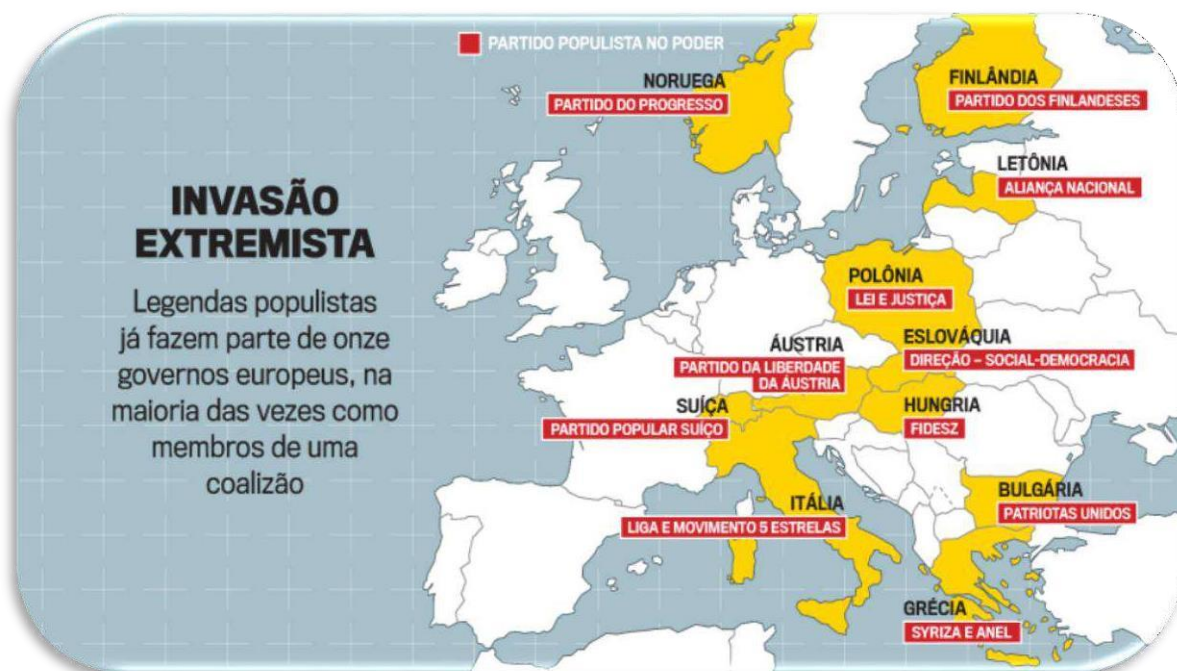
Ou, se há uma exacerbação do discurso que permeia tal questão, colocando-a, através da mídia, como um problema que pode causar danos irreversíveis à população do país de destino desses migrantes. O que representa, claramente, os reflexos de uma política anti-migração e marcada pela xenofobia explícita, não só de Donald Trump, mas de outros atores do cenário político, à exemplo de partidos políticos de extrema-direita que chegaram ao poder na Europa nos últimos dez anos, proferindo o mesmo discurso.

Em relação a imagem abaixo, é possível dizer que ela está de acordo com os trechos expostos anteriormente e corrobora as teorias dos autores citados, que dizem da escalada de partidos populistas ao poder, ocorrida na última década, em diversos países da Europa Ocidental. Nesta imagem em questão, o governo já era composto – ao menos em partes – por partidos considerados como populistas em onze países, no ano de 2018. Os países em questão são: Áustria, Bulgária, Eslováquia, Finlândia, Grécia, Hungria, Itália, Letônia, Noruega, Polônia e Suíça.

A questão central que permeia o debate em torno do momento de decadência pelo qual os partidos de esquerda estão passando na Europa está pontualmente direcionada às questões de caráter econômico. Também é válido ressaltar que, tal fato

pode ser observado, não só em países da Europa Ocidental e do Leste Europeu, mas também na América Latina.

**Foto 4** – Partidos populistas que compõem o governo em 11 países da Europa (2018)



**Fonte:** Google Imagens<sup>8</sup>

O cerne da questão é, efetivamente, bem projetado em uma passagem de Berman e Snegovaya (2019) que diz acerca do surgimento e da força adquirida por partidos antissistema à partir dos deslizes cometidos pelos partidos de populistas de esquerda, essencialmente, na esfera econômica. De acordo com o descrito abaixo:

Como argumenta Kenneth Roberts, movimentos populistas emergiram sobretudo em países como Venezuela, Bolívia e Equador, onde reformas neoliberais foram implementadas “de maneira sorrateira” – ou seja, por governos liderados por partidos tradicionais de centro-esquerda ou populistas”. Nesses casos, as pessoas “abandonadas” pelas reformas não puderam mais contar com partidos tradicionais de esquerda para atender suas queixas e, portanto, foram para as ruas protestar e voltaram-se a partidos antissistema (BERMAN; SNEGOVAYA, 2019, p. 67-68).

<sup>8</sup> Disponível em: <https://abrilveja.files.wordpress.com/2018/09/arte-partidos-europa-iphone.jpg>. Acessado em 16 de fevereiro de 2020.

Diante do fracasso de tais partidos populistas de esquerda no quesito econômico, a direita, de modo muito sagaz, conseguiu elaborar a jogada ideal para a ocasião: desviar o foco do âmbito econômico para as questões de caráter social e cultural, uma vez que, os partidos de direita destacam-se mais quando o enfoque do debate político não está centrado nas demandas econômicas, segundo Berman e Snegovaya (2019).

Para concluir o debate iniciado nesse tópico, é válido dizer que:

Um dos papéis mais importantes que os partidos desempenham numa democracia é oferecer aos cidadãos uma voz institucionalizada. Mas, se os partidos tradicionais deixam de preencher essa função representativa, os eleitores que acreditam que seus interesses, demandas e preferências estão sendo consistentemente ignorados podem se tornar suscetíveis a apelos feitos por partidos que questionam a legitimidade da própria democracia liberal. É difícil, se não impossível, separar essa crise de representação do declínio da esquerda social-democrata ou da centro-esquerda (BERMAN; SNEGOVAYA, 2019, p. 69).

### 3 POPULISMO CLÁSSICO LATINO-AMERICANO: RETOMANDO A HISTÓRIA DO PERONISMO E DO VARGUISMO

Este capítulo será destinado à comparação entre os casos de populismo clássico mais conhecidos dentro das ciências humanas e sociais: 1) o Peronismo, na Argentina; 2) o Vargasismo, no Brasil. Inicialmente será realizada uma breve introdução ao que foi esses dois governos, para tornar possível a compreensão do que eles representaram, e não somente os períodos em si, mas, especialmente, os governantes em questão, tanto para a sociedade da época, isso é, o contexto no qual cada um deles estava inserido, porém, também pela força política que o legado desses líderes nos permite observar ainda hoje no Brasil e na Argentina – claro que em maior, ou menos escala.

Posteriormente a análise entre esses dois governos e governantes adentra de maneira mais profunda no âmbito da análise comparativa, e, nesta parte do trabalho as duas experiências serão contrapostas a partir de variáveis pré-definidas inicialmente, são elas: liderança carismática; políticas sociais; nacionalismo; discurso e mídias; grupos de apoio; autoritarismo; e sindicalismo. Em seguida, tais variáveis serão classificadas em dois grupos: variáveis operantes e variáveis inoperantes, sabendo que: o primeiro grupo é composto por aquelas que podem ser encontradas na maior parte das experiências conhecidas de governos populistas até o momento da conclusão desse trabalho; E o segundo grupo aquelas que podem ser observadas somente em casos e contextos, de fato, pontuais e específicos. Ou seja, esse último grupo não terá interferência direta na definição geral do conceito de populismo que esse trabalho tem como objetivo formular.

#### 3.1 O caso argentino: primeiro Peronismo

O coronel Juan Domingo Perón assumiu a presidência da Argentina em 1946, pouco tempo após um golpe militar – também conhecido como Revolução de 4 de junho de 1943<sup>9</sup> – que colocou fim ao fraudulento governo de Ramón Castillo, após mais de uma década de um cenário marcado por corrupção e forte repressão no qual

<sup>9</sup>Ver “*Una mirada sobre la Revolución del 4 de junio de 1943 (Una Revolución, no un golpe)*” de autoria de Américo Rial e Rodolfo J. Brieba. Disponível em: <https://historiadelperonismo.com/?p=3347>. Acessado em 29 de fevereiro de 2020.

o país estava inserido desde que um golpe de Estado tirou do poder o general Hipólito Yrigoyen, em 1930. Este período da história argentina também é chamado de “década infame”<sup>10</sup> e durou de 1930 à 1943. O coronel Perón teve participação ativa no movimento que derrubou o conservador governo de Castillo e, no mesmo ano (1943), assumiu a direção do Departamento Nacional do Trabalho (DNT), órgão este que transformou posteriormente em Secretaria do Trabalho e Previdência Social (STP) e, à esta nova secretaria, incorporou também algumas subdivisões que antes pertenciam a outros órgãos governamentais, criando assim uma organização forte e capaz de atender a um maior número de demandas sociais

É de fundamental importância a compreensão dessa conjuntura política e social para garantir o entendimento da gênese deste tópico do presente trabalho, que trata da criação e do desenvolvimento dos direitos sociais – principal fato que forneceu a Perón a alcunha de líder populista – construídos na Argentina durante os dois primeiros mandatos de Perón. Foi no período em que esteve na direção da STP que Perón começou a desenvolver o trabalho que o levou, três anos depois, à presidência da nação Argentina. Este trabalho integrou Perón ao universo da classe trabalhadora Argentina, do qual o mesmo fez questão de colocar-se à par dos problemas e demandas mais urgentes.

A Secretaria da qual Perón era responsável incorporou outras áreas, tais como: habitação, aposentadoria e acidentes trabalhistas e também foi o órgão responsável pela criação de medidas que beneficiaram trabalhadores através de políticas de proteção inspiradas nos ideais de justiça social, e pela fundação dos primeiros tribunais trabalhistas do país, ganhando assim o apoio do movimento sindical e dos chamados “descamisados”, os trabalhadores precários. Um importante marco legal da época foi a aprovação da Lei nº 33.302<sup>11</sup> de 1943 que instituiu a extensão do sistema de aposentadorias, escolas técnicas e hospitais para os trabalhadores, entre outros aspectos.

Perón aproveitou o contexto de crise para dialogar com as forças políticas, sociais e econômicas através de um discurso que prometia maior justiça social e um

<sup>10</sup> Um artigo do professor Diego Gabriel Dolgopol explica melhor esse período da história argentina e pode ser acessado pelo seguinte link: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5171591.pdf>. Acessado em 11 de fevereiro de 2020.

<sup>11</sup> Todas as leis e decretos referentes ao sistema jurídico argentino que estão presentes nesse trabalho foram retiradas do SAIJ (Sistema Argentino de Informações Jurídicas). Link para o acesso: <http://www.saij.gob.ar/>. Acessado em 29 de fevereiro de 2020.

“militarismo menos moralista” à sociedade argentina, nesse momento ele já havia estabelecido sua popularidade entre a classe trabalhadora devido ao trabalho que realizou à frente da Secretaria do Trabalho e Previdência e isso fez com que surgisse um desconforto em alguns setores do Exército que mantinham concepções conservadoras e elitistas, sendo assim, obrigaram-no a renunciar em 9 de outubro de 1945.

**Foto 5** – “Dia da Lealdade Peronista – 17 de outubro” – (*Plaza de Mayo/Argentina*)<sup>12</sup>



**Fonte:** Google Imagens<sup>13</sup>

A foto acima representa a história por trás do “17 de outubro” na Argentina. Uma vez que, em 17 de outubro de 1945 o Coronel Perón foi levado à ilha Martín García e tão logo a notícia espalhou-se entre a classe trabalhadora que, prontamente, paralisou suas atividades naquele dia para se concentrarem, aos milhares, ao centro

<sup>12</sup> Em 17 de outubro de 2020 completam-se 75 anos em que a *Plaza de Mayo* foi tomada por uma multidão dos trabalhadores exigindo a liberação de Juan Domingo Perón, este foi um marco que transformou Perón em um líder indiscutível do movimento político nacional e popular. Tal acontecimento marcou e mudou para sempre a forma como a vida política passou a ser realizada na Argentina.

<sup>13</sup> Disponível em: [http://www.viladeutopia.com.br/wp-content/uploads/2019/10/f\\_210422b.jpg](http://www.viladeutopia.com.br/wp-content/uploads/2019/10/f_210422b.jpg). Acessado em 11 de fevereiro de 2020.

da famosa *Plaza de Mayo* de modo a exigir a libertação de Perón. Tamanha foi a pressão popular que as autoridades exigiram a apresentação de Perón à exaltada multidão a fim de acalmá-la, e este episódio ficou conhecido como o Dia da Lealdade Peronista, marcando a origem do Peronismo como força política no país (NEIBURG, 1992).

Perón venceu as eleições de 1946, que, é valido dizer, foram as últimas nas quais somente os homens tiveram direito ao voto, pois no ano seguinte o sufrágio universal foi aprovado. Tal fato foi um importante direito concedido às mulheres da sociedade argentina. Para governar, Perón contou com o apoio da maioria dos sindicatos argentinos e da classe trabalhadora e teve um governo marcado pela ação efetiva em prol de benefícios para os mesmos e na resolução de conflitos trabalhistas. Algumas das principais medidas estabelecidas foram: planos de assistência e previdência, criação de policlínicas para atender aos trabalhadores, licença anual, funções de assessoria jurídica, reconhecimento às associações dos trabalhadores, entre outros<sup>14</sup>.

**Foto 6** – General Farrell passando o comando da Presidência da República Argentina para o Coronel Perón (Junho/1946)



**Fonte:** Instituto Nacional Juan Domingo Perón<sup>15</sup>

<sup>14</sup> Informações retiradas de "História" em "*Casa Rosada – Presidencia de La Nación*". Disponível em: <http://www.caserosada.gob.ar>. Acessado em 29 de fevereiro de 2020.

<sup>15</sup> Disponível em: <http://www.jdperon.gov.ar/material/galeria/gobierno/gobierno.html>. Acessado em 29 de fevereiro de 2020.



Nesse momento de transição da sociedade tradicional para a urbano-industrial, considerando-se o cenário internacional, sobretudo da industrialização a todo vapor na Europa e nos Estados Unidos, a nação Argentina, bem como outros países da América Latina, inicia um processo de transição e transformação em todos os aspectos – social, político, econômico e cultural –, que cria um cenário propício para o surgimento de um fenômeno típico das sociedades em desenvolvimento, conhecido como populismo.

O populismo é o fenômeno responsável pela formação das relações entre as classes, sobretudo no Brasil e na Argentina. No âmbito do Peronismo fica evidente a forma que a estrutura governamental passou a ser articulada a partir daquele momento, ou seja, com a intenção de relacionar a proteção legal fornecida pelo Estado através de direitos trabalhistas e o controle dos membros, oferecido pelos sindicatos, como forma de manter o controle da insatisfação da recém-criada e, em constante crescimento, classe trabalhadora.

Foi desta maneira que se estabeleceu uma perfeita equação para o sustento do aparato corporativista estatal, que servia aos interesses das massas, mas também dos patrões, que possuíam representatividade dentro do modelo corporativo tripartite, modelo este responsável por solucionar os conflitos trabalhistas no interior de instituições que prezavam pelo diálogo e conciliação com o objetivo de atingir a melhor solução, que contemplasse às três partes envolvidas: Estado, trabalhadores e industriais (CARDOSO, 2006).

É nesse sentido que o Estado reestabelece as estruturas governamentais e as atribuições que ele tem frente ao cenário político nacional, no momento em que delega que o poder Executivo tenha maior autonomia e, portanto, poder de decisões, para agir diretamente diante das necessidades da população – ou de parcelas desta. Em razão disso, Perón cria e fortalece instituições estatais responsáveis por formular e aplicar políticas sociais efetivas na garantia da melhoria na qualidade de vida dos cidadãos argentinos, no entanto, é necessário lembrar que, a criação desses direitos – especialmente dos direitos trabalhistas – surge atrelada à determinações sindicais que impõem certo controle sobre os trabalhadores, delimitando assim, a participação política da classe, através de mecanismos de controle e repressão, tendo em vista que o movimento sindical surge como ator secundário na arena política do Peronismo (CARDOSO, 2006).

### 3.1.1 Perón e a construção da justiça social na Argentina

No início do século XX, sob influência das transformações sociais e políticas ocorridas ao redor do mundo, com o cenário da Segunda Guerra instaurado, a sociedade argentina começa a apresentar mudanças em sua estrutura social, bem como avanços na organização do movimento trabalhista que explicam as novas formas de intervenção política adotadas. Tem início a partir deste momento a construção do edifício da seguridade social no país.

Em um primeiro momento essa sociedade de beneficência apresentou um estilo de gestão de políticas sociais, que buscava não apenas abarcar aqueles indivíduos dependentes de subsídios governamentais, mas também aqueles em plenas condições, que seriam beneficiados com a melhoria da qualidade de vida através dessas políticas públicas, não se tratando mais, apenas de garantir a satisfação de necessidades básicas da população, mas, também de protegê-la diante das eventualidades, tais como: doenças, velhice, acidentes de trabalho, demissões, entre outros aspectos.

A legislação trabalhista, ainda que a passos lentos, começou a se constituir muito antes de Perón ascender ao poder, entre os anos de 1900 e 1943. O crescimento dos sindicatos simbolizava uma ameaça para as elites governantes, pois além de representarem as demandas dos trabalhadores, eles garantiam proteção aos mesmos, no entanto, alguns políticos com ideais liberais reformistas passaram a atender-se para as necessidades de proteção dos trabalhadores frente às intempéries que poderiam surgir, e, com isso, incorporaram uma troca na relação entre Estado e trabalhadores, deixando de considerá-los como inimigos (GOLBERT; ROCA, 2010).

No decorrer de tais transformações, surgiu em 1907 o Departamento Nacional do Trabalho com a função de normatizar as relações capital-trabalho, mas, apesar da criação do DNT, somente a partir da década de 30, em decorrência da crise de 29, é que entra em evidência, de fato, uma proposta de política intervencionista sob responsabilidade do Estado, chamada Keynesianismo. O Keynesianismo emerge com o intuito de defender a presença direta do Estado intervindo na economia, sempre que necessário, à fim de alcançar como propósito máximo o bem-estar dos cidadãos de uma determinada sociedade.

De acordo com essa teoria acima apresentada, o pleno emprego e a proteção ao trabalhador criavam um sistema propenso ao crescimento, e esse sistema

contribuiu para a consolidação de uma classe média que possuía uma demanda de consumo de bens manufaturados, o que fez com que a economia girasse e crescesse cada vez mais. Por fim, é válido ressaltar um avanço marcante na legislação trabalhista desse período, que foi a aprovação da Lei nº 11.729 de setembro de 1934, regulamentando e definindo uma estrutura própria de “lei geral” do trabalho. Ainda diante das modificações em pauta no cerne da sociedade argentina, Golbert e Roca (2010) denominam um segundo momento de: “os anos do peronismo” – período compreendido entre 1943 e 1955 –, o qual, segundo as mesmas, ficou marcado pela massificação da proteção social, diante da qual a STP teve um grande protagonismo, que ficou a cargo da arbitragem dos conflitos entre trabalhador e patrão, bem como da aplicação das leis existentes, da regulamentação das associações profissionais e da preparação do terreno jurídico e institucional para o desenvolvimento das políticas sociais. Essas foram as primeiras ações deste período, e, elas possibilitaram fazer um prenúncio das transformações que viriam a seguir, assim como o vislumbramento de uma perspectiva para os anos seguintes com Perón à frente da presidência da nação.

No denominado pelas autoras acima expostas como o “segundo momento” do Primeiro Peronismo, diz do principal decreto – que posteriormente foi transformado na Lei nº 12.921 – aprovado ainda em 1945, sob influência direta de Perón, é o Decreto nº 23.852, que consagra o modelo de sindicato tradicional argentino, através da outorga do sindicato com o maior número de filiados e o monopólio da representação dos trabalhadores; a possibilidade da fundação de instituições de previdência social; o pagamento obrigatório de férias e feriados; entre outros aspectos.

Tal decreto teve impacto direto na vida dos trabalhadores argentinos, em virtude da normatização de medidas que tinham como princípio melhorias de vida através da tentativa de compensação das desigualdades socioeconômicas geradas no seio do sistema capitalista, e, sobretudo, sob o jugo de uma legislação conservadora e patrimonialista, que durante décadas serviu única e exclusivamente aos interesses daqueles que detinham o poder econômico, em detrimento de uma classe emergente e carregada de demandas sociais, políticas e econômicas (GOLBERT; ROCA, 2010).

Em fevereiro de 1947 uma das principais obras do primeiro mandato de Perón deu face ao que viria nos anos seguintes, reforçando as características de um governo populista. Foi estabelecido um projeto de planificação estatal, fomento à indústria e

estímulo ao mercado interno, também chamado de “Plano Quinquenal”, que compreendeu um conjunto de medidas em diversas áreas, sendo os principais temas: política, saúde pública, educação, cultura, população, obras sociais e finanças, compreendendo desde as funções sociais do Estado para com o cidadão, até medidas econômicas.

O Plano Quinquenal ocupou-se das obras de nacionalização de empresas de bens de serviços (bancos, ferrovias, companhias elétricas), construção de usinas, obras portuárias, ampliação dos direitos do trabalhador rural; criação dos tribunais do trabalho; regime de previdência para os trabalhadores da indústria; construção de escolas e universidades, aposentadoria para os trabalhadores do comércio, criação de hospitais públicos e de um sistema unificado de saúde, controle estatal do preço dos aluguéis, e a construção de moradias populares destinadas aos operários<sup>16</sup>.

Neste mesmo momento também foi criado um dos grandes marcos da justiça social e trabalhista na Argentina, a dizer, o Instituto Nacional de Previdência Social, responsável por pontos como: acidentes de trabalho, maternidade e infância, velhice e invalidez, enfermidades, morte (inclusive viuvez, orfandade e familiares dependentes), e separação/divórcio. Essas medidas também foram inclusas no primeiro Plano Quinquenal do Peronismo.

Para além dessas transformações na esfera dos direitos sociais e trabalhistas, a consolidação de um importante direito político também marcou o ano de 1947, quando foi garantido o direito de voto feminino, por influência de Eva Perón – esposa do Coronel Perón. Ainda no ano em questão, Perón faz questão de entregar pessoalmente ao secretário geral da *Confederación General del Trabajo de la República Argentina* (CGT<sup>17</sup>) a via original da Declaração dos Direitos do Trabalhador.

É importante ressaltar outro importante ator na Argentina peronista: o movimento sindical. Este que esteve em ascendência a partir de 1936, e em constante processo de fortalecimento até o final da década de 40, período no qual os números deixam evidente a nova força política que os sindicatos representavam à época, sabendo-se que em 1941 o número de sindicatos girava em torno de 365, e quatro

<sup>16</sup> Informações retiradas do site oficial da Casa Rosada (Argentina). Disponível em: <https://www.caserosada.gob.ar/nuestro-pais/historia>. Acessado em 29 de fevereiro de 2020.

<sup>17</sup> A Confederação Geral do Trabalho (CGT) é a maior central sindical da história da Argentina. Foi fundada em 1930, em consequência de um acordo entre diversos grupos políticos e desempenhou um papel de extrema importância e participação ativa durante o Peronismo. Atualmente é a maior central sindical do país.

anos depois esse número atingia o recorde de 969 organizações oficialmente reconhecidas, inclusive contando com subsídios governamentais. Em 1945 a aprovação do decreto de nº 28.852 é um dos momentos mais marcantes da história do movimento sindical no país, porquanto é o responsável por institucionalizar o reconhecimento das associações profissionais dos trabalhadores. Essas mudanças instituídas transformaram significativamente as relações entre classes no interior da sociedade argentina, e se estabeleceram na tentativa de reparar décadas de prejuízo e desigualdades sociais decorrentes da soberania patronal.

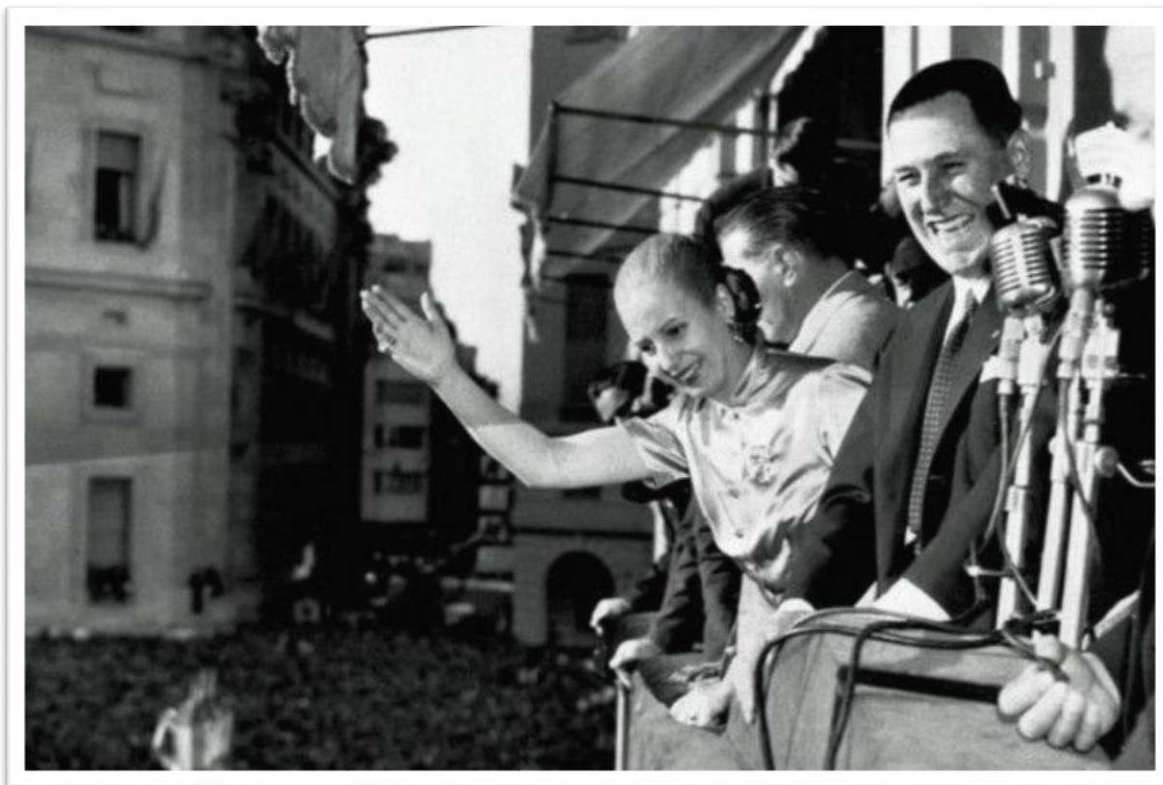
O movimento sindical argentino surgiu como ator secundário na arena política durante o primeiro mandato de Perón, e a aliança entre ele e os sindicatos também foi marcada pelo fato de que alguns militantes sindicais foram nomeados para integrar comissões estatais no governo. Ao mesmo tempo em que ficou notável o fortalecimento e o controle das organizações dos trabalhadores, também era evidente o aumento da burocracia estatal, através de medidas que forneceram subsídio às indústrias e à agricultura, criaram empresas estatais em setores estratégicos da economia, estabeleceram o fechamento do mercado interno à competições e o controle sobre os investimentos estrangeiros.

Este desenvolvimento observado na sociedade argentina da época foi, segundo Cardoso (2006) o responsável pelo crescimento econômico com estabilidade social, através de um controle mais ou menos violento e/ou inclusivo, dependendo da demanda dos trabalhadores, sendo assim, pode-se dizer que as burocracias estatais foram os principais agentes no arranjo governamental do poder populista. Para sintetizar as principais transformações acerca do modelo sindical que vigorou na Argentina durante o primeiro mandato de Perón, Elgorriaga (2010) afirma que:

O modelo implementado a partir do Decreto 23.852/45 responde a essa política de pacto social ou aliança de classes. O mesmo está destinado a conformar uma gerência sindical única com atitudes para obrigar e representar o coletivo de trabalhadores na busca de melhorias programadas e acordadas com o setor de empregadores correspondente. Os limites para esta forma de ação coletiva são os do próprio sistema, não podendo ser exigido mais do que o próprio sistema pode dar. Por outro lado, o modelo permite com seus numerosos recursos excluir aqueles setores do movimento trabalhista que preferem outra forma de atuação e objetivos diferentes. (...) Desta maneira, ao definir os fins e as atribuições próprias do sindicato, e impor ao mesmo tempo uma representação obrigatória ao conjunto de trabalhadores e aos efeitos desses fins e atribuições, o Estado visa

“direcionar” o conjunto do movimento trabalhista, mantendo-os dentro dos limites do próprio sistema. (ELGORRIAGA, 2015, p. 57)

**Foto 7** – O Coronel Juan Domingo Perón e sua icônica esposa Evita Perón



**Fonte:** Google Imagens<sup>18</sup>

A imagem acima representa muito mais do que um discurso do coronel Perón, um líder político incontestável na história do país vizinho. Mas, para além disso, ilustra também um fato que não pode ser ignorado neste trabalho: o protagonismo de sua esposa Eva Perón – mais conhecida como Evita –, que ganhou um simbolismo muito expressivo e também deixou sua marca registrada na história argentina.

Pois, além do Peronismo ter sido um movimento que consolidou a figura de Juan Domingo Perón – eleito três vezes para estar à frente da presidência da república argentina –, é importante levar em consideração que a partir daquele momento político, um movimento personalista, ou seja, de profunda identificação entre governante e governados, ganhava forças na sociedade da época. A população

<sup>18</sup> Disponível em: <https://cdn.olivre.com.br/wp-content/uploads/2019/09/Evita-Per%C3%B3n.jpg>. Acessado em: 13 de fevereiro de 2020.

argentina rendeu-se ao carisma pessoal de Evita, que se tornou uma inspiração ao discurso populista de seu esposo e defendeu ferrenhamente os direitos do trabalhador argentino.

A partir disso foi possível observar a eclosão de um fenômeno que perdura até os dias atuais, sabendo que, mesmo após quase 75 anos de seu nascimento o Peronismo ainda representa uma das maiores forças políticas da Argentina. À exemplo disso é possível dizer da vitória dos sucessores de Juan Domingo Perón, que ocorreu em nove das doze ocasiões nas quais disputaram as eleições após o falecimento do Coronel.

### **3.1.2 A legitimação de direitos e a consolidação do Peronismo como força política na sociedade argentina**

Logo que Perón assumiu a presidência começaram a surgir rumores da expectativa, e em seguida da necessidade de uma reformulação no texto constitucional – que até então eram definidos pela Carta Magna de 1853 – e isso fez com que, em 1949, Perón convocasse eleições para uma Assembleia Constituinte, cujas principais propostas era: a possibilidade de reeleição do Presidente e a supressão dos colégios eleitorais para a escolha do Presidente e dos senadores; a outorga dos direitos sociais; implementação do voto feminino no texto constitucional; provincialização dos territórios nacionais; e a lei dos partidos políticos, que tinha como finalidade ordenar a vida das forças partidárias.

A lei dos partidos políticos tinha um objetivo em especial, pois, ao determinar que só seria possível conceder reconhecimento a um partido depois de transcorridos três anos desde a sua criação, tal medida serviu como forma de evitar que se formasse um novo partido com força política suficiente para competir com o Peronismo na eleição seguinte.

Segundo Ajmechet (2012) a ideia principal dessa nova constituição era centralizar a tomada de decisões governamentais no poder Executivo, e descentralizar a execução das mesmas em outros corpos do Estado. Sendo assim, em 1949 a nova Constituição Nacional da República Argentina foi sancionada – com o voto exclusivo dos peronistas – outorgando os direitos sociais que haviam sido consagrados pelas ações do peronismo até o momento, ademais, também foram implementadas medidas que alteraram consideravelmente tópicos ligados às

instituições eleitorais. A justificativa para a possibilidade de reeleição presidencial era pautada na hipótese de que isso proporcionaria a consolidação do plano de governo de Perón e o avanço a favor da melhoria das condições de vida dos cidadãos, posto que o peronismo foi claramente um período de abertura cidadã e de ampliação dos direitos e da participação política.

As principais modificações seguiram no curso da constitucionalização dos direitos sociais, e sobretudo dos direitos dos trabalhadores, e estão condensadas no artigo constitucional de número 37. O Art. 37 determina, entre outras coisas, os direitos do trabalhador através da: salvaguarda do direito de trabalhar, de ter uma retribuição justa, da capacitação, de condições dignas de trabalho, garantia de seguridade social, proteção de sua família, melhoria em sua condição econômica, defesa dos interesses profissionais, bem como dos direitos do idoso e, também, no que diz respeito a proteção do direito de acesso à educação e à cultura. Os artigos 38 e 39 da nova Constituição também tiveram um papel de relevância social, dito que, o Art. 38 definiu as diretrizes da função social da propriedade privada; e o Art. 39 estabelece que o capital deve estar sempre a serviço da economia nacional, tendo como o seu principal objetivo o bem-estar social. Sendo assim, a Reforma Constitucional de 1949 estabelece um marco na história do país, uma vez que, simboliza a construção de um modelo de sociedade pautado nos ideais de justiça social<sup>19</sup>.

Ainda sobre o modelo de sociedade que foi criado na Argentina, baseado nos ideais de justiça social, é possível dizer que um dos grandes marcos do governo Peronista foi a criação dos tribunais trabalhistas, em 1944, que surgiram na tentativa de estabelecer a igualdade entre as partes, fazendo com que patrões e trabalhadores tenham as mesmas possibilidades para chegar em um acordo bom para ambos, e, para isso era necessário que o trabalhador tivesse um fórum exclusivo para defendê-lo das injustiças impostas pelo sistema capitalista, ou seja, era indispensável, neste caso, a sobreposição do espírito de justiça social sobre o poder judicial.

Na esfera da justiça trabalhista foram criadas comissões de conciliação e arbitragem, câmaras de apelações, e o Ministério do Trabalho – que foi criado em 1949 no contexto da Reforma Constitucional – que redefiniu metas e funções, reestruturando os quadros da burocracia e solucionando problemas de todos os tipos

<sup>19</sup> Informações retiradas do SAIJ – “Constituição da Nação Argentina de 1949”. Disponível em: <http://www.saij.gob.ar/constitucion-nacion-argentina-1949-lb000086-2014-10/123456789-0abc-defg-g68-0000blsorbil>. Acessado em 29 de fevereiro de 2020.



nesse âmbito, uma vez que os tribunais se encarregavam apenas dos conflitos trabalhistas individuais.

Sob a influência da bem-sucedida Reforma Constitucional de 1949 em conjunto com a implementação do voto feminino, nas eleições presidenciais de 1951, Perón foi reeleito com 62% dos votos e a partir de então fortaleceu ainda mais a fachada corporativista do regime. Algumas modificações foram realizadas em suas políticas sociais, no entanto, optou por dar continuidade nas políticas distributivistas, sobretudo com foco na educação e saúde pública.

A partir de 1952 entra em vigor o segundo Plano Quinquenal, que compreendeu na economia medidas como: um plano econômico de congelamento de preços e salários por meio de contratos bianuais; a convocação dos sindicatos e trabalhadores ao Congresso Nacional para dialogar sobre a produtividade diante do contexto de crise; a retomada da subvenção do setor agrário; a definição do limite de crédito industrial, dando prioridade às grandes empresas, principalmente indústrias de bens de capital; a redução da inflação e o reequilíbrio na balança de pagamentos; restrições no consumo interno, através da eliminação de subsídios governamentais à diversos bens de consumo populares; o descongelamento de preço dos aluguéis; o acordo com a estadunidense *Standard Oil* para a exploração petrolífera na província de Santa Cruz e o incentivo à investimentos estrangeiros com o propósito de desenvolver a indústria pesada no país, através da sanção da lei de radicação de capitais.

Analisando o teor das medidas implementadas, fica claro que houve uma ruptura com a tendência de medidas populares que foram adotadas no primeiro mandato, sobretudo no âmbito econômico, no qual Perón assumiu uma postura mais desenvolvimentista – nesse caso, aproxima-se do modelo econômico de Vargas –, porém, sem pensar na inclusão da classe trabalhadora, e em outras economicamente desfavorecidas, a esse processo. Ademais, a ruptura com a Igreja Católica foi outra medida que gerou desconforto entre alguns setores da sociedade e culminou na queda da popularidade de Perón. O peronismo converteu-se em um movimento não ameaçador e distributivista, ao mesmo tempo em que era rival do “*establishment*” (ordem política, social e econômica vigente), não era seu inimigo, e este jogo duplo foi o que fez com que o peronismo tivesse altos índices de aprovação na sociedade argentina.

Poucas modificações foram realizadas no que diz respeito aos direitos trabalhistas no segundo mandato, entretanto, em 1954 foi aprovada a Lei nº 14.370,

que delegava aos trabalhadores economicamente ativos a incumbência de sustentar, através de suas contribuições e impostos, aqueles trabalhadores que não mais participavam ativamente do mercado de trabalho por motivos de invalidez, velhice e outros, criando assim o esboço do modelo de previdência social que vigorou na Argentina durante décadas.

No que tange a ordem governamental e política, o Peronismo teve muitas características autoritárias e personalistas, que causavam incômodo na oposição, posto que, desde o início do governo, em 1946, houve bastante censura aos opositores e aos meios de comunicação que estivessem fora do controle do Estado, além do mais, as províncias e territórios nacionais sofreram intervenção e tiveram as suas lideranças partidárias deslocadas e substituídas por líderes das forças armadas, estimulando a participação cidadã através de seus órgãos naturais, tais fatos expressam o caráter um tanto quanto autoritário do regime.

Apesar de Perón ter criado uma abertura do diálogo com os partidos políticos opositores, durante o segundo mandato o nível de ensino das universidades caiu bastante. Devido à esse e outros fatores, e motivado pela diminuição da popularidade do coronel Perón, em virtude da elaboração de medidas impopulares e da insatisfação por parte da Igreja e de outros setores da sociedade, em 1955 o Primeiro Peronismo chega ao fim, marcado pela interrupção do segundo mandato de Perón devido a um golpe civil militar denominado de “Revolução Libertadora”<sup>20</sup>.

Para concluir esta parte do trabalho, é possível dizer que o Coronel Perón adentrou à vida política no cenário da Revolução de 1943, primeiramente como Ministro de Guerra, e depois à frente da Secretaria do Trabalho e Previdência Social, quando começou a estabelecer relações com a emergente classe trabalhadora e à atender-se para as suas demandas mais urgentes. Seu governo é considerado por muitos historiadores, cientistas sociais e cientistas políticos como um governo de tipo populista, e Ianni (1975) caracteriza-o, com uma tendência ao “populismo das elites burguesas”, que, segundo ele, é composto pelas altas classes médias, que utilizam taticamente as massas operárias e os setores mais pobres da classe média, instrumentalizando assim, as massas trabalhadoras, ao mesmo tempo em que manipula as manifestações e as possibilidades da sua consciência. Esse populismo, segundo Ianni, é diferente do “populismo de massas”, que é formado por operários,

<sup>20</sup> Ler: “El golpe de '55 em Mendoza.” Disponível em: <http://www.losandes.com.ar/article/el-golpe-del-55-en-mendoza>. Acessado em 01 de março de 2020.

migrantes de origem rural, a baixa classe média, estudantes universitários radicais, intelectuais de esquerda e partidos políticos de esquerda.

Perón conquistou o apoio da classe trabalhadora e uma boa aprovação entre a população em geral, foi isso que permitiu a sua permanência no poder por dois mandatos, e posteriormente pelo seu terceiro mandato em 1973, que foi interrompido devido ao seu falecimento. Sendo assim, o Peronismo – nome genérico dado ao Movimento do Partido Justicialista – consolidou-se no país, e é, ainda nos dias de hoje, uma das maiores forças políticas da Argentina.

A ideologia do Peronismo é baseada no papel central dos trabalhadores diante da economia, e na necessidade de proteção aos direitos trabalhistas, bem como da criação de políticas de seguridade social, acesso livre à uma educação de qualidade, habitação para os trabalhadores de baixa renda, férias remuneradas, cuidados médicos e medidas de proteção às mulheres – inclusive o amplo protagonismo das mulheres, na figura de Evita Perón foi uma das mais importantes faces do Peronismo, considerando como ápice o estabelecimento do sufrágio feminino em 1947 – e, desta forma foi possível construir um líder que adquiriu um símbolo de imaginário político, dotado de carisma de massas e marcado pelo forte personalismo.

Portanto, é possível dizer que essa forte relação estabelecida entre Perón e a população argentina – sobretudo a classe trabalhadora – que criou uma identificação entre líder e sociedade civil, foi a responsável pela manutenção da estabilidade social, no interior de um governo coeso, que utilizava de ferramentas específicas para auxiliá-lo no objetivo da manutenção do poder. Essas ferramentas foram basicamente duas: o modelo corporativo estatal, que visava a garantia da eliminação de elementos de conflitos entre as classes; e a ligação e/ou domínio que Perón exercia sobre os sindicatos e centrais sindicais, que, por sua vez, garantiam o controle dos membros e o apoio político necessário para a manutenção da estabilidade política.

### 3.2 O caso brasileiro: Varguismo

A Era Vargas teve início, no Brasil a partir da Revolução de 30, e, tal período foi um marco na história do país, devido à complexidade que envolve todas as transformações socioeconômicas ocorridas durante o mesmo. O evento da Revolução que teve como objetivo principal romper com as tradicionais oligarquias cafeeiras – sobretudo de São Paulo e Minas Gerais –, representava o desejo da sociedade brasileira por renovação política e desenvolvimento do país. Em poucas palavras, Rossi (2012) descreve o que acontecera a partir daquele momento ao dizer da

[...] inauguração de uma nova fase, em que o Brasil se inseria tardiamente, qual seja a do Capitalismo Industrial. Em grande medida, o governo de Getúlio Vargas realmente significou certa ruptura com o ideal das oligarquias e promoveu um período de grande desenvolvimento nacional. Todavia, o caráter populista daquele governo nublou os olhos da sociedade para uma ‘política de cabresto’, a qual sempre visava ao controle total das esferas pública, social, econômica e, até mesmo, cultural. Duas faces, portanto: um governo autoritário e centralizador, mascarado pelo mesmo discurso demagógico de uma pretensa democracia que se autodenominava nacional-desenvolvimentista (ROSSI, 2012, p. 1)

O espaço de tempo que engloba a chamada Era Vargas, é dividido, de acordo com historiadores, demais cientistas sociais e outros estudiosos da área em três intervalos de tempo, denominados como:

- 1) Governo Provisório – de 1930 a 1934
- 2) Governo Constitucional – 1934 a 1937
- 3) Estado Novo – 1937 a 1945

A maior parte dos estudos sobre o tema concentra-se no terceiro intervalo, chamado de Estado Novo, e, muito provavelmente, isso se deve ao fato dele ter sido marcado por um dos maiores feitos políticos de Vargas – que consolidou seu nome na história do país como um Presidente atento e atuante ante as reivindicações populares –, que teve início nos anos anteriores, porém, foi consolidado apenas em 1943, com a criação da CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas, ou seja, a legislação que asseguraria, a partir daquele momento e até os dias atuais, os principais e mais importantes direitos trabalhistas aos cidadãos brasileiros.

Até a década de 30 vigorava no país um período intitulado na história do mesmo como República Velha, e, tendo em vista que foi o primeiro período republicano

brasileiro, a centralização do poder político estava contida nas mãos das elites econômicas da época, ou seja, os grandes proprietários de terras, uma vez que, a base econômica do país estava firmada na produção e exportação cafeeira. Nessa altura, dois partidos políticos formavam uma aliança de “revezamento de poder” – através da sucessão presidencial –, a conhecida ‘República do Café com Leite’, na qual o revezamento era feito entre candidatos dos estados de São Paulo e de Minas Gerais<sup>21</sup>.

Redondo (2017) define a atuação política de Vargas nessa fase da História como sendo o responsável pela articulação de um processo de recentralização do Estado. Defendendo esse processo de recentralização como algo que, ao mesmo tempo se estabelecia tal qual uma condição necessária e também como uma consequência inevitável ao nacionalismo getulista. Uma vez que, não era possível implementar o modelo de desenvolvimento econômico proposto – o de industrialização do país por meio do processo de substituição de importações –, sem que o poder institucional do Estado estivesse amparado na figura de um representante que demonstrasse força suficiente para conduzir tal processo de transição.

Suas considerações a respeito da ascensão de Vargas ao poder ficam nítidas quando ele diz que

Apelos, neste último caso, provenientes sobretudo de uma direita imbuída das propagandas fascistas europeias e, também, de amplos setores militares crescentemente radicalizados. Neste cenário de instabilidade e exaltação política e ideológica, o regime republicano foi incapaz de incorporar e canalizar institucionalmente as novas demandas de participação e reconhecimento das classes médias e trabalhadoras que começaram a surgir no final do século XIX. Este desfecho junto a uma fluída circulação das elites empurrou essas novas classes sociais a apoiar a saída rupturista encarnada pela figura carismática de Getúlio Vargas (REDONDO, 2017, p. 94, tradução nossa).

Sendo assim, é possível dizer que o autor considera, com base nas análises realizadas por Perissinoto (1994, *apud* Redondo, 2017) que o nacionalismo getulista foi característica indispensável para romper com as tradições políticas, sociais e econômicas vigentes até aquele momento. Para REDONDO (2017) o surgimento do

<sup>21</sup> Os revezamentos que ocorriam à época da política do “café com leite” eram realizados entre os candidatos à presidência apoiados pelo Partido Republicano Paulista (PRP), em São Paulo, e, pelo partido Republicano Mineiro (PRM), em Minas Gerais.

getulismo foi resultado de uma profunda crise econômica e institucional que estava instaurada no âmago do aparato governamental e da sociedade brasileira, que manifestava escancaradamente o resultado do insucesso obtido durante a República Velha, assim como das estruturas tradicionais e elitistas de poder que vigoravam àquele ciclo. A estas, falidas e sem perspectivas iminentes de melhora, não restou outra alternativa que não uma profunda transformação ocorrida no interior das mesmas.

No que tange à natureza populista de todo esse processo ocorrido na década de 30, Redondo (2017) realiza uma ótima leitura conjuntural ao afirmar que: a própria estrutura de poder governamental que vigorava naquele momento, criou as bases para o surgimento desse tipo de prática política, uma vez que, como já apresentado no capítulo anterior, um dos sentimentos que impulsiona o surgimento de um governo ou governante de natureza populista é o sentimento antissistema, que, segundo o autor, foi o que verificou-se.

Mas o essencial do tenentismo é que ele garantiu um conjunto de ideias fundamentais para a imposição definitiva do populismo getulista. Por exemplo, a polarização oligarquia/povo; a ideia de que essa oligarquia defendia interesses antinacionais, a dizer, que representava o antipopular; a contraposição radical e conflitiva entre o que se percebia como um sistema político e institucional velho e corrupto, e o novo sistema limpo e eficiente que devia ser construído; ou a apelação a um cirurgião de ferro que pudesse limpar o sistema político em representação desse povo verdadeiro. O discurso sustentador do populismo estava, portanto, a altura de 1930, basicamente consolidado. Somente precisava encontrar um líder que pudesse articulá-lo. E esse líder aflorou na revolução de outubro de 1930: Getúlio Vargas (RODELAS, 2017, p. 96, tradução nossa).

Para além do sentimento nacionalista, que estava arraigado na sociedade da data, e das críticas à considerada “falida” velha política – como forma de governar e, também uma crítica às instituições políticas do período –, o apelo ao novo, a aposta na esperança de que somente alguém que consiga – e propõe – romper com tudo que está vigente àquele momento, cria as bases necessárias à emergência do populismo, tão logo que encontra um líder dotado de carisma de massas (visão proposta por Ianni, 1975).

Durante o Governo Provisório, período que durou de 1930 a 1934, o objetivo principal de Getúlio Vargas – também pode-se dizer que sua principal missão –, era focar na reorganização da vida política do país, e foi nesse mesmo momento que,

pouco a pouco, o então presidente da República passou a dar indícios do caráter autoritário que seu mandato teria. O processo de centralização do poder passou pela eliminação de órgãos legislativos em todos os âmbitos governamentais, e o tenentismo ainda se fez muito manifesto nessa que deveria ser uma fase totalmente “nova” e diferente da que a anteviu, pois, aos olhos de todos, tal processo representou uma ruptura com o passado. Os tenentes ocuparam grande parte dos mais significativos cargos do governo, o que criou uma certa tensão entre as oligarquias dominantes do período anterior e alguns setores militares. A partir desse momento inicia-se o decurso que culminou, cerca de dois anos depois, no movimento intitulado Revolução Constitucionalista de 32<sup>22</sup>.

**Foto 8** – Cartaz do Movimento Revolucionário de 32, no qual o grupo MMDC<sup>23</sup> convoca a população para o confronto direto contra as tropas de Getúlio Vargas



**Fonte:** Google Imagens<sup>24</sup>

<sup>22</sup> Ler: DONATO, Hernâni. A Revolução de 32. Editora Círculo do Livro, 1982.

<sup>23</sup> MMDC é a sigla das iniciais dos quatro jovens estudantes da Faculdade de Direito do Largo São Francisco que foram mortos em confronto direto com o grupo getulista-tenentista nas ruas de São Paulo, em praça pública. Tal fato foi o estopim do 9 de julho de 1932.

<sup>24</sup> Disponível em: <https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/Fak8TDTveq9MQKZRcVwdurRmuhVa7cuum3Q9d57FQFnuSVkzDW7RvwN3kVnp/mmdc-cartaz.jpg>. Acessado em 01 de março de 2020.

No movimento em questão, as oligarquias locais do estado de São Paulo reivindicavam maior autonomia política contra as investidas centralizadoras do então presidente, convocando assim o povo paulistano para um confronto direto contra o governo de Getúlio Vargas. A exigência do movimento revolucionário epositor ao governo era pela realização de eleições com o intuito de elaborar uma nova Constituinte.

Rodelas (2017) acerca da Revolução Constitucionalista de 1932:

A resistência dos poderes locais a essa dinâmica centralizadora foi enorme, como demonstra a insurreição armada desencadeada no estado de São Paulo em 1932, revestida por um manto democrático de apelação a novas eleições e à criação de uma Assembleia Nacional Constituinte. A vitória das tropas federais permitiu a Vargas assegurar seu poder pessoal e avançar na criação de seu próprio regime, ainda que, para pacificar a situação e não gerar oposições radicais, aceitou uma das reivindicações paulistas: a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Seus trabalhos permitiram aprovar a Constituição de 1934. [...] com novidades especiais como a extensão do sufrágio ativo e passivo das mulheres e o voto secreto. [...] Diante dessa nova Constituição, Vargas foi eleito presidente do país em 15 de julho de 1934 pelo voto indireto da Assembleia Nacional (RODELAS, 2017, p. 98, tradução nossa).

Apesar de vencer as forças oposicionistas, o presidente optou por convocar eleições para a Assembleia Constituinte, promulgando, desta forma, em 1934, uma nova Constituição. Esta concedeu maiores poderes ao Executivo – o que se relaciona diretamente com o caráter corporativista que o regime assume algum tempo depois, no qual a concentração do poder no Executivo é uma das características mais importantes –, adotou medidas mais democráticas e, foi a essa altura que as bases da legislação trabalhista começou a dar seus primeiros sinais. Para além disso, Vargas sancionou o voto secreto e o voto feminino e, por último, entretanto, o ponto mais importante, é necessário dizer que, amparado no novo texto constitucional, Vargas foi eleito Presidente da nação através do voto indireto da Assembleia Nacional, garantindo, destarte, mais um mandato. A datar desse momento, têm início o chamado Governo Constitucional, que conserva-se de 1934 a 1937.

O principal episódio dessa fase varguista gira em torno de uma tentativa de golpe contra o então Presidente, comandada pela ANL – Aliança Nacional Libertadora – que possuía claros ideais favoráveis à revolução por meio da luta de classes, assim como, defendia em seus explícitos ideais, o confronto contra o imperialismo. Na



ocasião em questão a ANL promoveu, em 1935, uma tentativa de golpe contra o governo, que ficou conhecida como Intentona Comunista, porém, a mesma foi controlada pelo governo e reprimida em seu cerne. Apoiado na “ameaça comunista” que pairava sob a atmosfera política e social do país àquele momento, Getúlio Vargas aproveitou para declarar estado de sítio<sup>25</sup>, bem como para perseguir seus opositores e destruir o movimento comunista no país. Foi, ainda sob o pretexto da “ameaça comunista” que assolava o país, segundo o governo, que Vargas conseguiu anular a eleição presidencial que estava prevista para ocorrer em 1937, igualmente, anulou a constituição recém-criada em 1934 e foi responsável pela dissolução do Congresso Nacional, passando a governar com amplos e plenos poderes a partir de então. Por conseguinte, estava inaugurado o mais famoso estágio da Era Vargas, o intitulado Estado Novo.

Rodelas (2017) sugere as intenções de Vargas na ocasião em pauta, em dois principais pontos, quanto diz que o governante articulou os acontecimentos políticos da seguinte maneira

Deu dois passos decisivos: primeiro, convenceu o Congresso para que aprovasse medidas excepcionais; e, segundo, assegurou-se de ter a colaboração das Forças Armadas em seu assalto ao poder. Em 10 de novembro de 1937 Vargas, mediante o pretexto de uma nova ameaça de insurreição comunista, deu um autogolpe, dirigido a criar uma nova estrutura de poder fortemente autoritária. Nascia, assim, o Estado Novo, uma nova forma institucional de tipo burocrático, rigorosamente centralizadora, orientada a garantir a efetividade de um novo modelo de Estado intervencionista baseado, como já foi dito, nas formas do Estado corporativo [...] (RODELAS, 2017, p. 99, tradução nossa).

Durante o Estado Novo, o regime varguista ficou conhecido, em especial, pela forma ditatorial mediante a qual manifestava-se, assim dizendo, pela censura que impôs aos meios de comunicação e informação, assim como a repressão e o controle de todo e quaisquer tipos de oposição dirigidas ao seu governo ou aos seus atos políticos e governamentais, chegando a prender e torturar seus opositores. Foi, claramente, um período ditatorial na história política do país. Entretanto, o mesmo é considerado como o intervalo de tempo mais importante de toda a Era Vargas, devido

<sup>25</sup> É o instrumento por meio do qual o Chefe de Estado suspende temporariamente os direitos e as garantias dos cidadãos e os poderes legislativo e judiciário são submetidos ao executivo, tudo como medida de defesa da ordem pública”. Retirado de: <https://www.direitonet.com.br/dicionario/exibir/153/Estado-de-sitio>. Acessado em 07 de março de 2020.

à adoção de medidas econômicas de caráter nacionalista e da criação de políticas sociais voltadas diretamente a atender as demandas da classe laboral. Além disso, foi outorgada uma nova Constituição, em 1937.

Sola (1990) faz algumas relevantes ponderações sobre essa fase, e também examina algumas das medidas mais importantes implementadas no decorrer da mesma

De fato, Getúlio Vargas será o centro político do Estado Novo, mais ainda do que fora enquanto Presidente Provisório, depois de 1930, e como Presidente Constitucional, a partir de 1935, o que confere eficácia àquela representação ideológica. [...] Sob a hegemonia do Estado instaurou-se, definitivamente, nessa fase, a legislação que regulava as relações entre operários e trabalhadores urbanos de um lado, e de outro, os patrões. [...] Entre os direitos recém-adquiridos pelo proletariado e pelos trabalhadores no comércio, incluíram-se: jornada de trabalho de 8 horas, férias remuneradas, estabilidade no emprego, indenização por dispensa sem justa causa, convenção coletiva de trabalho, a regulamentação do trabalho das mulheres e de menores, os Institutos de Aposentadorias e Pensões, que garantiam assistência àqueles grupos. Ainda em continuidade com as tendências do período anterior, foi consolidada a Justiça do Trabalho, em 1939: surgiram novos quadros institucionais ligados ao judiciário, hierarquizados [...] que tinham por função decidir dos conflitos entre patrões e empregados. Representantes de uns e de outros, escolhidos pelas respectivas associações sindicais, participavam das Juntas e dos Tribunais.” (SOLA, 1990, p. 257-271)

A imagem abaixo ilustra o que está descrito no excerto retirado da obra de Sola (1990), que diz da valorização do trabalhador e da criação de direitos específicos à essa classe, no entanto, pode-se afirmar que, de fato e, em consonância com o que diz a imagem: o trabalhador tinha o seu lugar no Estado Novo. Ainda que a conquista de tais direitos laborais tenha surgido atrelada a diversas questões de interesse político, determinações e imposições por parte governo e, também, dos sindicatos. Era exigido apoio político em troca do “privilégio” de “poder gozar” desses direitos. De fato, é impossível negar o caráter trabalhista que o nacionalismo varguista assume a partir desse período da história nacional. Todos esses benefícios concedidos aos trabalhadores foram institucionalizados, oficialmente, na ocasião da publicação da CLT, a Consolidação das Leis Trabalhistas, aprovada pelo decreto-lei nº 5.452<sup>26</sup> de 1 de maio de 1943, que entrara em vigor em 10 de novembro do mesmo ano.

<sup>26</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm). Acessado em 02 de março de 2020.

**Foto 9** – Desfile em comemoração ao '1º de maio' durante o Estado Novo (s/d)



**Fonte:** Google Imagens<sup>27</sup>

Dentro desta lógica corporativista, autoritária e repressiva, o Estado Novo assumiu um evidente conteúdo social de proteção da classe trabalhadora, já visível desde a chegada de Vargas ao poder. [...] Mas, o novo ministério foi, sobretudo, o instrumento de uma política de enquadramento das massas trabalhadoras alternativo aos movimentos políticos e sindicais de classe. O objetivo implícito desta política social foi conseguir a completa despolitização do movimento trabalhista e a criação de uma nova base social na qual assentou a ditadura. Por isso, as medidas positivas de defesa dos trabalhadores se combinam com uma intensa repressão e um discurso comunista cada vez mais poderoso (RODELAS, 2017, p. 100, tradução nossa).

A linha de pensamento de Rodelas (2017) vai de encontro ao raciocínio construído por Cardoso (2006), quando este diz da lógica corporativista apresentada no aparato governamental do regime populista, à medida que, o processo de incorporação das massas à vida política do país, não ocorreu de forma efetiva e real, sabendo que tal estrutura de poder era articulada com a finalidade máxima de controlar os trabalhadores, através da articulação criada entre sindicatos, centrais sindicais e Estado. Cardoso (2017) também diz do êxito que Vargas obteve durante o

<sup>27</sup> Disponível em: <https://static.todamateria.com.br/upload/ge/tu/getuliovargasprimeirodemaioc-cke.jpg>. Acessado em 01 de março de 2020.

Estado Novo em conseguir a quase absoluta subordinação da classe trabalhadora, pois os sindicatos estavam, em sua maioria, sob seu domínio. Sendo assim, é possível dizer que as burocracias estatais formadas, tanto por Perón (na Argentina), quanto por Vargas (no Brasil), desempenharam um importante papel e adquiriram grande parte do protagonismo no desenvolver do poder governamental do modelo populista.

Para concluir essa argumentação, é válido considerar a avaliação de Sola (1990), que diz que

[...] esse resultado derivava de uma política consciente por parte do governo, que já antes do Estado Novo procurara disciplinar, unificando-o sob seu controle, o movimento sindical. O novo regime fortificaria através de novos instrumentos, essa orientação. [...] O Estado Novo liquidaria de vez com a autonomia sindical em 1939, proibindo a existência das associações não integradas ao sistema oficial, cujas normas mais importantes consistiam no reconhecimento de apenas um sindicato por cada profissão, que poderia ser distrital, municipal, estadual e interestadual; só excepcionalmente, e com a autorização expressa do Ministério do Trabalho, se admitiriam associações nacionais. Essa estrutura corporativa completou-se e foi reforçada pela instituição do imposto sindical: o desconto compulsório da soma equivalente a um dia de trabalho, por ano, de todos os empregados (SOLA, 1990, p. 272).

Todas essas medidas implementadas durante o Estado Novo, bem como a estrutura de controle vigente no decurso do mesmo foram responsáveis pelo que viria nos anos seguintes. É importante ressaltar que, os trabalhadores não eram capazes de compreender, naquele momento, que faziam parte de um sistema que havia sido articulado com a finalidade de garantir o controle político da classe. Todavia, assim sendo, a admiração e identificação com a figura de Getúlio Vargas intensificou-se de maneira sem precedentes na história da política nacional. Isso, por conseguinte, permitia que Vargas pudesse manipular cada vez mais a classe trabalhadora, utilizando de todas as prerrogativas a seu favor. Nos dizeres de Sola (1990)

Sua atividade propriamente inovadora consistiu na introdução de novas técnicas de propaganda e de manipulação “das massas”, a que se deu o nome de trabalhismo. Todas elas convergiram no sentido de reforçar as identificações emocionais entre os trabalhadores e Vargas: as grandes demonstrações públicas de 1º de maio, para as quais o Presidente reservava a proclamação de novas concessões, as falas especiais de Marcondes Filho e de Vargas na “Hora do Brasil”. Tomava corpo, assim, a relação personalista entre Vargas e o povo, de efeitos políticos duradouros; o populismo passaria a ser uma

constante da vida nacional e se desdobraria mais tarde em múltiplas variantes (SOLA, 1990, p. 278-279).

No que tange ao caráter carismático da forma de dominação exercida por Getúlio Vargas e na consolidação de sua figura como um líder popular, como nunca visto antes na história do país, Rodelas (2017) afirma que “povo e ditador assumiram uma relação de simbólica união sentimental, porque em troca de uma adesão incondicional, o líder se comprometia a lutar pela definitiva redenção desse povo que se sentia oprimido pela oligarquia” (RODELAS, 2017, p. 100, tradução nossa). A figura que fica, até aquele momento, é a de um líder disposto a lutar pelo povo oprimido e a atender às suas demandas.

Concomitantemente ao fim da Segunda Guerra Mundial emergiu uma crescente onda de demanda por redemocratização em vários países do mundo, inclusive no Brasil. A pressão popular pela volta das eleições populares diretas para presidente da República fez com que Vargas, na tentativa de mascarar o caráter autoritário que seu governo possuía até então, criasse o PTB – Partido dos Trabalhadores Brasileiros, composto por sindicalistas, com a finalidade de apoiar o governo e concorrer nas eleições previstas para 2 de dezembro de 1945 com o candidato da UDN – União Democrática Nacional que, por sua vez, defendia o liberalismo econômico e fazia clara oposição ao nacionalismo varguista. Porém, as parcelas populares não só desejavam a continuidade de Vargas no poder, como fizeram cartazes e inscrições em pontos públicos das grandes cidades com os dizeres de “Queremos Getúlio”. Tal movimento ficou conhecido como Queremismo e é colocado da seguinte maneira por Rodelas (2017): “a meados de agosto, os grupos varguistas organizaram massivas manifestações, as chamadas campanhas queremistas, que reivindicavam a formação de uma Assembleia Nacional Constituinte e a permanência de Getúlio Vargas no poder” (Rodelas, 2017, p. 101, tradução nossa).

Contudo, toda a movimentação popular na forma do Queremismo não foi o suficiente para fornecer bases de sustentação ao nacionalismo varguista, e, após 15 anos no poder, chegava ao fim a Era Vargas, mas não o fim de Getúlio Vargas, que em 1951 retornaria à presidência por intermédio do voto popular direto. Rodelas (2017) expressa esse momento de transição no cenário político nacional da seguinte maneira:

Ainda que as manifestações queremistas haviam demonstrado a inquestionável popularidade do presidente, Vargas não pode recompor a situação, e de novo foram os militares que se ergueram como intérpretes de uma suposta vontade de mudança, em razão da qual decidiram acabar, em 29 de outubro de 1945, com o Estado Novo. Sem dúvida, o temor a uma forte reação popular lhes convenceu da necessidade de dar-lhe uma saída elegante, o que lhe permitiu voltar a ganhar a governança de seu estado natal e ser eleito também deputado federal por sete estados. Getúlio Vargas passava a um segundo plano na política nacional brasileira, mas com seu prestígio intacto, e com o fato de que a possibilidade de voltar ao poder ficava aberta (RODELAS, 2017, p. 103, tradução nossa).

**Foto 10** – Integrantes do movimento queremista exigiam a permanência de Getúlio Vargas na Presidência da República



**Fonte:** CPDOC/FGV<sup>28</sup>

Com o fim da Era Vargas o início de um novo momento na política nacional ficou a cargo do mandato presidencial de Eurico Gaspar Dutra, este que foi aliado político de Vargas durante o Estado Novo, porém, ao chegar à presidência, tentou

<sup>28</sup> Disponível em: <https://www.infoescola.com/wp-content/uploads/2010/04/queremismo1.jpg>. Acessado em 01 de março de 2020.

distanciar-se das práticas políticas varguistas, ao passo que se propôs a revisar as estruturas do aparato corporativo estatal que estava estabelecido desde os anos anteriores. O fato de Dutra governar de maneira tão antagônica à de Vargas, fez com que o descontentamento da população aumentasse, uma vez que as bases das camadas populares já haviam criado uma forte identificação, não só com as práticas governamentais varguistas, mas, também, com a própria imagem do líder. Diante do exposto, é válido pontuar que

Getúlio Vargas era evidentemente o político mais popular do país, o único com carisma suficiente para ser reconhecido como condutor de um povo que parecia ter ficado sem referências diante de sua abrupta saída do poder. [...] No início da nova década, Getúlio Vargas decidiu voltar a primeira linha política nacional e apresentar-se como candidato, desta vez pelo Partido dos Trabalhadores do Brasil (PTB), para a Presidência da República. Já com 68 anos, sua campanha adotou um nítido conteúdo populista, desde o *slogan* inicial do partido “Ele voltará”, até o último discurso de campanha no qual afirmou que: “Se eu for eleito em 3 de outubro, no ato da posse, o povo subirá comigo as escadas do (palácio) do Catete. E comigo ficará no governo”. Esta apelação ao poder do povo como forma de conter a pressão da oposição será já uma constante neste segundo governo de Vargas (AGGIO, BARBOSA; COELHO, 2002, p. 199 *apud* RODELAS, 2017, p. 105, tradução nossa).

O trecho acima é capaz de sintetizar, em algumas palavras, o cenário que estava estabelecido na política nacional àquele momento, início da década de 50. A partir disso, Vargas venceu as eleições com quase 50% dos votos válidos, mostrando, mais uma vez, a enorme base de apoio popular que havia criado durante a Era Vargas, mas, ao mesmo tempo, mostrava que existia um antivarguismo tão poderoso quanto e cada vez mais politicamente articulado em certos setores da sociedade brasileira, sobretudo aqueles conservadores, composto pelos apoiadores da UDN – União Democrática Nacional (RODELAS, 2017).

Durante o segundo governo Vargas, o caráter populista e com características claramente nacionalistas mostrou-se cada vez mais presente e, ao mesmo tempo, a questão econômica adquiriu grande importância, baseada em uma proposta de nacionalização dos setores produtivos básicos, principalmente do petróleo – aqui é de suma importância destacar a criação da Petrobrás, uma empresa petrolífera estatal, em 1953. O caráter nacional-desenvolvimentista do segundo governo Vargas é, sem dúvidas, seu aspecto mais marcante. Outro importante feito do período foi a criação

do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico<sup>29</sup> (BNDE). Ele também criou – não necessariamente no segundo governo, mas durante todo o seu trabalho a frente da presidência do país – grandes empresas estatais, a exemplo da Vale do Rio Doce e da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). As questões de caráter econômico do governo Vargas serão posteriormente esmiuçadas no decorrer desse trabalho, de maneira comparada à postura econômica adotada por Perón, na Argentina, a fim de compreender as semelhanças e diferenças entre os dois modelos.

A crise do segundo governo Vargas, que culminou no trágico e conhecido final, tem início a partir da pressão dos sindicatos pela intervenção estatal no valor do salário mínimo, propondo que este passasse por um aumento de cem por cento do valor corrente. Vargas aceitou prontamente, entretanto, as classes empresariais não ficaram satisfeitas com essa medida e responderam de maneira imediata, ao acusar o Presidente de estar em consonância com o comunismo e, ao mesmo tempo, preparando um golpe de Estado para que pudesse atingir tais propósitos.

A partir de então, estava instaurado o cenário de crise no segundo governo varguista. Alguns meios de comunicação de relevância no cenário nacional passaram a divulgar esse pensamento como forma de deslegitimar o poder de Vargas, principalmente o jornal “*Tribuna da Imprensa*”, de propriedade do jornalista Carlos Lacerda, membro da UDN e o maior opositor político de Getúlio Vargas (RODELAS, 2017).

Apesar disso, Vargas não recuou em um só momento, e, ao manter sua postura,

[...] na celebração de primeiro de maio, Vargas pronunciou um encenado e enigmático discurso, no qual, além de manter o aumento do salário mínimo aprovado por seu ministro Goulart, profetizava que os trabalhadores ali reunidos prontamente estariam com ele no governo. A reação contra Vargas foi contundente. O Brasil conservador começou a comparar-lhe com Perón, acusando-lhe de querer implantar, como o argentino, uma república trabalhista amparada no sindicalismo institucionalizado. A partir desse momento, a oposição civil e militar retomou a estratégia do golpe de Estado (RODELAS, 2017, p. 107, tradução nossa).

<sup>29</sup>“O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) foi criado em 20 de junho de 1952, pela Lei nº 1.628, durante o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954). Entidade autárquica, com autonomia administrativa e personalidade jurídica própria, o BNDE inicialmente esteve sob a jurisdição do Ministério da Fazenda”. Retirado de: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/BNDE>. Acessado em 04 de março de 2020.



O episódio que foi o ápice do que culminaria, posteriormente, no suicídio de Getúlio Vargas, fato este que representou o fim de uma era deveras importante na história do Brasil, teve início com o chamado “Atentado da Rua Toneleros”. O atentado contra o maior opositor político do regime varguista, a dizer, o deputado e jornalista Carlos Lacerda, foi uma tentativa falida de assassinato, e, segundo mostraram as investigações, realizado por pessoas da guarda pessoal do Presidente. Na ocasião em questão, o major da aeronáutica, Rubens Vaz, chegou a falecer, enquanto Lacerda apenas ficou ferido. Alguns dias depois do atentado, os militares deram o ultimato a Vargas: ou este renunciaria ao cargo, ou seria deposto por outro golpe militar (RODELAS, 2017). Sendo assim,

Em 24 de agosto Getúlio Vargas se reuniu com seus ministros para discutir a conveniência de sua retirada temporal enquanto finalizava a investigação sobre a autoria do atentado. Mas os militares não estavam dispostos a aceitar essa solução: ou o presidente renunciava ou seria deposto pela força. Na primeira hora da manhã, Getúlio Vargas se suicidou com um disparo no coração. A morte comoveu o país, que saiu em massa a acusar a União Democrática Nacional, a Lacerda, a boa parte da imprensa e aos ‘inimigos internacionais do povo’, a dizer, os Estados Unidos, pela morte de seu carismático presidente. O suicídio acabou com a vida de Getúlio Vargas, mas recriou o mito do ‘pai dos pobres’, do presidente do povo (RODELAS, 2017, p. 107, tradução nossa).

Para resumir o que foi o Getulismo, nas palavras de Rodelas (2017), fica registrado em poucas palavras, o trecho abaixo:

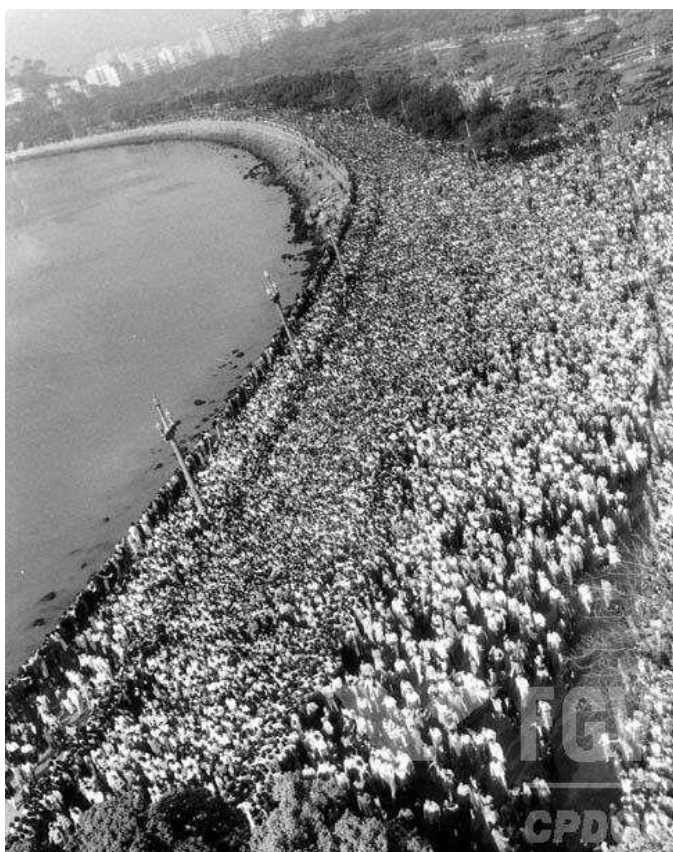
O getulismo supôs a aposta por um modelo autocentrado, antiliberal e autoritário tendente a encontrar uns novos equilíbrios de poder contrários aos tradicionais âncoras da oligarquia republicana. Foi um regime de enquadramento das massas populares alternativo aos movimentos trabalhistas de classe, especialmente ao radicalismo comunista. E foi, também, um nacionalismo centralista e centralizador de caráter desenvolvimentista, apoiado em um modelo de industrialização por substituição de importações amparado no papel, ao mesmo tempo, propulsor e protetor do Estado (RODELAS, 2017, p. 109, tradução nossa).

É fato incontestável a importância da figura e da atuação política de Getúlio Dornelles Vargas na história do Brasil. Muitos estudiosos o consideram, inclusive, como o maior estadista que o país já teve. Para concluir este tópico do presente trabalho, seria inconcebível não deixar um excerto da famosa Carta-Testamento,

escrita por Vargas, na ocasião que antecedeu seu suicídio. Tanto este excerto, quanto a imagem abaixo, são capazes de dizer, muito mais do que todas as palavras ditas anteriormente, o que representou o Varguismo na História.

E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate. Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, e a calúnia, não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História (VARGAS, 1954)

**Foto 11** – Milhares de pessoas no cortejo fúnebre de Vargas na Praia do Flamengo (Rio de Janeiro), em 25 de agosto de 1954



**Fonte:** CPDOC/FGV<sup>30</sup>

<sup>30</sup> Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/album>. Acessado em 06 de março de 2020.

## 4 PERÓN E VARGAS: ENTRE SIMILITUDES E ALTERIDADES

Não há dúvidas de que os maiores e mais consolidados exemplos, no interior do populismo clássico latino-americano, ficam a cargo de Getúlio Vargas – que comandou o Brasil no período de 1930-1945 e de 1951-1954 – e de Juan Domingo Perón, – que esteve a frente da presidência da nação Argentina durante três ocasiões, assim dizendo: 1946-1952; 1952-1955 e 1973-1974. É possível notar muitas semelhanças entre ambos os líderes, que herdaram a denominação de governantes populistas, especialmente pelo poder que exerciam sobre as massas; à forte identificação que criaram com as sociedades de seus países, devido ao modo carismático reproduzido em suas práticas governamentais e à criação de políticas sociais voltadas a atender as demandas das camadas populares, além da aproximação que estabeleceu com as classes trabalhadoras, mediante o controle que exerciam sobre os sindicatos.

Para além disso, é válido dizer que, as Histórias e conjunturas sociopolíticas de Brasil e Argentina aproximam-se em vários momentos e que ambos os Presidentes governaram em épocas muito próximas – até de forma concomitante em determinado momento. Porém, devido ao desenvolvimento do contexto histórico de cada um dos países de que se trata, ambos atingiram particularidades muito específicas.

Nesta subdivisão será realizada uma sucinta comparação no que tange aos dois governantes – de modo geral e não em períodos específicos, ainda que estes sejam citados em alguns momentos no decorrer do texto – em relação a dois aspectos fundamentais, a dizer:

- 1) a utilização dos meios midiáticos nos discursos políticos de ambos e a manipulação que era pretendida – e alcançada – através dos mesmos;
- 2) o caráter econômico adotado por cada um, uma vez que, apesar de ambos serem considerados como adeptos de práticas populistas de governo, um dos pontos nos quais mais divergem é em relação às medidas econômicas.

### 4.1 A propaganda política na Era Vargas e no Primeiro Peronismo

Esta exploração foi realizada com base na obra de Maria Helena Capelato, intitulada de “Multidões em cena: Propaganda política no Varguismo e no Peronismo”, por intermédio de uma análise elaborada por Junqueira (2002). Uma vez que ela

contempla todo o conteúdo necessário à abordagem que pretende-se desenvolver nesta etapa do atual trabalho.

Junqueira (2002) ao introduzir o assunto, sintetizou da seguinte maneira a importância da obra em questão:

Sabe-se que a utilização maciça da propaganda política na América Latina, na primeira metade do século XX, esteve vinculada aos regimes de Vargas, no Brasil, e de Perón, na Argentina. É sobre esse período que a historiadora Maria Helena Capelato se debruça para analisar a complexidade da propaganda elaborada e divulgada pelo Estado Novo brasileiro (1937-1945) e pelo peronismo (1945-1955) (JUNQUEIRA, 2002, p. 241).

Os governos de Vargas e Perón apresentam semelhanças nos mais variados aspectos e, muitas delas são responsáveis pela aquisição do rótulo de governantes e/ou líderes populistas que ambos alcançaram. Um dos principais pontos da obtenção desse “rótulo” gira em torno da forte utilização que ambos os governantes fizeram da mídia com a intenção de manipular a opinião pública em favor de seus ideais políticos, e a fim de que o povo – por povo entende-se aqui, as camadas populares de ambas as sociedades – veja-os como “salvadores da pátria” em momentos em que a crise política, econômica e social está instaurada em ambos os países e a sociedade civil, como um todo, busca por uma saída – na forma de um líder governamental – que esteja disposta a romper com as velhas oligarquias e com a política tradicional, realizada até então.

Há muitos estudiosos do tema, e neste grupo está inclusa Capelato (1998). que acreditam que ambos os governantes (Vargas e Perón) inspiraram-se na propaganda dos regimes Nazifascista, sobretudo a articulada por Goebbels na Alemanha, que ficou conhecida no mundo todo como uma referência de articulação política, devido ao seu grande poder de manipulação da sociedade civil como um todo, independentemente de serem parte das camadas populares ou das elites. Há ainda muitas teorias sobre a inspiração tida por Vargas acerca de tais regimes autoritários não somente no campo da propaganda política, mas sobretudo no âmbito da elaboração da CLT, o conjunto de leis trabalhistas que deu tamanho destaque ao estadista. Não falta quem diga que a mesma foi inspirada na “*Carta Del Lavoro*”<sup>31</sup> da

<sup>31</sup> Ler mais em: <https://alexandrechavesadv.jusbrasil.com.br/artigos/313510871/a-influencia-da-carta-del-lavoro-na-clt>. O artigo trata da influência da Carta del Lavoro italiana na elaboração da Consolidação das Leis do Trabalho. Acessado em 05 de março de 2020.

Itália Fascista de Mussolini. Apesar das diversas inspirações advindas da Europa, essencialmente da Itália e da Alemanha, tudo foi adaptado para a conjuntura histórica, social e política de cada um dos países analisados na América Latina, nesta ocasião, Brasil e Argentina.

Ao contextualizar o cenário latino-americano da época, Junqueira (2002) reitera que

Em primeiro lugar, é necessário marcar os distintos momentos históricos em que foram veiculadas as propagandas em um e outro país. No caso do Brasil, Vargas consolida o seu poder no período entreguerras, quando do impacto da Revolução Russa, das consequências da Primeira Guerra Mundial, da crise econômica de 1929 e do questionamento do liberalismo. Já no caso da Argentina, Perón só chega ao poder ao fim da Segunda Guerra Mundial com a inquestionável vitória dos Aliados. Momento em que, com a derrocada do nazi-fascismo, já se colocavam por terra as objeções às políticas liberais. Dessa forma, quase uma década separa a entrada em cena de Vargas (1937) e de Perón (1945). No entanto foi nesse período que tanto um quanto o outro procuraram canalizar as massas em direção ao projeto autoritário. E mais: Vargas alcançou o poder por meio de um golpe de Estado e Perón tornou-se um dos presidentes mais populares da Argentina, por meio de eleições (JUNQUEIRA, 2002, p. 272-273).

Ou seja, em suma, o cenário internacional da época favorecia, no Brasil, o surgimento de um “novo” tipo de liderança, de alguém com um diferencial que fosse capaz de devolver ao povo a esperança na política, em uma “nova política”, que rompesse com aquela da República Velha, marcada pelo tenentismo e pela forma de governar através de alianças. A esperança de uma vida melhor e de perspectivas para o futuro, sobretudo, de desenvolvimento econômico e estabilidade social, apareceu na figura de Getúlio Vargas. E, foi dessa conjuntura que Vargas tirou proveito para propagar suas ideias populistas, seu carisma e sua demagogia, mediante promessas feitas às camadas populares, ganhando também o apoio das Forças Armadas e de grande parcela da população, de modo geral.

No caso de Perón, este chegou ao poder pelo apelo popular, sobretudo das classes trabalhadoras, após ter desenvolvido, nos anos anteriores, um trabalho a frente da STP (Secretaria do Trabalho e Previdência) da República Argentina, o que criou uma efetiva aproximação entre o Coronel e os trabalhadores, fazendo assim, com que aquele fosse capaz de compreender as necessidades e demandas mais urgentes destes – e, principalmente, que demonstrasse estar trabalhando em favor

das mesmas. Tanto que, enquanto Vargas é mais conhecido pela política nacional-desenvolvimentista, Perón focou na construção da justiça social, isso é, na distribuição da renda já existente, e na construção de direitos sociais – não só trabalhistas – a fim de garantir uma melhoria na qualidade de vida da população argentina em diversos aspectos e âmbitos.

**Foto 12** – Discurso de Getúlio Vargas no Dia do Trabalho (01/05/1951)



**Fonte:** Fundação Cláudio Campos<sup>32</sup>

Conforme caracteriza Junqueira (2002) a partir da visão de Capelato (1998) o governo Vargas foi claramente um projeto autoritário que utilizou as mídias – naquele momento, o protagonismo principal era do rádio – para alcançar as massas de maneira a convencê-las de que seu projeto para o governo federal seria a melhor solução para os problemas do país vigentes à época. É importante também, citar que Vargas chegou ao poder através de um golpe de Estado, que teve início na Revolução

<sup>32</sup> Disponível em: <https://fundacaoclaudiocampos.org.br/wp-content/uploads/2018/12/Discurso-de-Get%C3%BAlio-Vargas.jpg>. Acessado em 06 de março de 2020.

de 30, a qual marcou o fim da República Velha no Brasil, período este, marcado pela economia cafeeira de exportação, e, portanto, grande destaque ao protagonismo e influência da elite tenentista, naqueles anos anteriores à década de 30.

Em meio a uma briga pela “validade” das eleições daquele ano, a ANL<sup>33</sup>, recusando-se a aceitar a vitória de Júlio Prestes, planejou uma revolta armada com os estados aliados, o que culminou no assassinato de João Pessoa, candidato à vice-presidente de Vargas. Foi diante desse cenário que Vargas desfrutou da conjuntura política – através da propaganda getulista – para atribuir a culpa do cenário caótico à oposição. E, somando a isso, o contexto de crise internacional, o Exército mobilizou-se e passou a apoiar Vargas, que, assumiu o poder a partir deste momento, marcando o início do conhecido Governo Provisório (1930-1934), que teve como principal objetivo, reorganizar a vida política do país.

Os meios de comunicação do período varguista ficaram submetidos a um controle extremo e exaustivo, chegando a ser considerado como autoritário e em certa medida, cerceador de liberdades, uma vez que a oposição não possuía formas de manifestar seu descontentamento com quaisquer decisões e/ou posturas referentes ao governo situacionista. A propaganda política foi utilizada nesse período com um único e eficaz objetivo: o de transformar a participação das massas em apoio político para o governo varguista.

Todo o período conhecido como Era Vargas, na História do Brasil, é fortemente atrelado, quase que de maneira imediata, ao “trabalhismo brasileiro”, uma vez que este foi o enfoque principal e engloba os maiores feitos de Vargas enquanto esteve à frente da Presidência do país. Ao passo que, na Argentina, o enfoque era a criação de um país com os esforços direcionados para o estabelecimento de ideais de “justiça social”, através do distributivismo econômico.

Getúlio Vargas como se sabe era considerado o pai dos pobres, e a autoridade máxima que protegia um povo-criança, inábil e incapaz de escolher os seus representantes. Porém era igualmente considerado um pai, mas, carregava um qualificativo a mais, era também visto como amigo e procurava uma proximidade maior com os trabalhadores. Maria Helena afirma que Getúlio Vargas esteve voltado para a construção do “trabalhismo brasileiro”, mas nada se compara ao que aconteceu na Argentina, quando houve de fato uma grande melhoria de

<sup>33</sup> ANL - Aliança Nacional Libertadora: nome dado ao grupo formado pelos aliados mineiros, gaúchos e paraibanos, que eram contrários à Vargas.

vida da população, especialmente porque naquele país os trabalhadores já eram uma categoria consolidada. A justiça social foi o carro-chefe da política peronista com vistas a direcionar os trabalhadores no rumo imposto pelo regime. No Brasil de Vargas a mesma questão foi tratada de forma diferente: aqui se pretendia formar, moldar o trabalhador produtivo. O objetivo principal do regime era reformar o Estado e criar uma força de trabalho disciplinada a fim de empreender o desenvolvimento do país. Dessa maneira, a justiça social foi um lema muito mais do peronismo do que do Varguismo. A autora conclui então que a propaganda política foi utilizada de forma mais intensa e determinante na Argentina, uma vez que Perón não se descuidava do apoio das massas para se manter no poder. No caso de Vargas – instalado na cadeira presidencial por meio de um golpe e com apoio dos setores dominantes e das forças armadas – não houve a mesma necessidade da aprovação popular maciça que existiu na Argentina (JUNQUEIRA, 2002, p. 243-244).

**Foto 13** – Discurso do Presidente Perón na Academia Argentina de Letras (12/10/1947)



**Fonte:** Google Imagens<sup>34</sup>

<sup>34</sup> Disponível em: [https://radiocristiandad.files.wordpress.com/2012/10/600x0\\_593697.jpg?w=656&resize=600%2C450](https://radiocristiandad.files.wordpress.com/2012/10/600x0_593697.jpg?w=656&resize=600%2C450). Acessado em 03 de março de 2020.



Para concluir esta parte do trabalho, é possível dizer que, ambos os Presidentes utilizaram a seu favor os meios de comunicação e divulgação de informações presentes às suas épocas – nos casos em questão: jornais e rádios – e, apesar de ser perceptível a diferença dos objetivos, motivações e direcionamentos que cada um fornecia aos seus discursos, o ponto em comum consiste em certificar-se de que o discurso foi uma das ferramentas mais marcantes da forma de dominação política populista – tanto na Era Vargas, quanto no Peronismo –, consolidando assim, o controle sobre as camadas populares da sociedade.

#### **4.2 Entre o nacional-desenvolvimentismo e a política distributivista**

A fim de comparar a natureza econômica de ambos os governos que são tratados aqui – Vargas e Perón – é importante explicitar logo de início que: enquanto Vargas centrava-se em medidas voltadas a transformar a estrutura econômica do país, direcionando seus esforços no sentido da industrialização por meio da substituição de importações, Perón priorizou a redistribuição de uma renda que já existia no país à época de seu mandato, uma vez que já vinha sendo implementado um modelo econômico na Argentina antes que ele chegasse à Presidência (FONSECA; HAINES, 2012).

A dupla face de Vargas e de Perón – apelo às massas emergentes e autoritarismo, respaldado nos sindicatos, mas com controle sobre suas lideranças – é a tônica da análise de diversos autores. [...] Tal postura de “independência” e busca de um modelo econômico e político próprio, mesmo que retórica, se em algumas conjunturas logrou ampliar suas bases de sustentação e de convencimento, em outras implicou dificuldades de governabilidade (FONSECA; HAINES, 2012, p. 1044)

Apesar das semelhanças, ambos os governantes possuíam diferenças significativas e impossíveis de serem ignoradas. Para Fonseca e Haines (2012) fica evidente a existência de um projeto econômico voltado para a industrialização do país, em Vargas, mas não em Perón. Pois, a medida em que Vargas se propôs a romper com o modelo vigente, a dizer, o agroexportador – tendo o café como seu principal produto –, Perón não propunha grandes modificações no âmbito produtivo do país, e sim, no distributivo.

Segundo Fonseca e Haines (2012) a opção de Vargas pela industrialização passou a ser cada vez mais demonstrada em seus discursos relativamente ao aspecto econômico de seu governo e, não há dúvidas de que 1930 foi um ponto de ruptura econômica no país, que foi quando o modelo agroexportador deu lugar, de fato, a um modelo assentado na industrialização e desenvolvimento do país, através da prática de substituição de importações. Ou seja, a indústria passa a ser então, o núcleo do nacional-desenvolvimento varguista. Apesar do crescimento industrial que pôde ser notado durante o referido período, não existem registros suficientes para comprovar a hipótese de que este crescimento esteja diretamente relacionado às medidas econômicas tomadas, diretamente, por Getúlio Vargas.

A análise do discurso de Vargas durante os quinze anos que compreendem seu primeiro governo não deixam dúvida sobre a intencionalidade da industrialização, a qual gradualmente se tornou o epicentro de um projeto, em geral, denominado, com certa licenciosidade, de 'nacional-desenvolvimentista' (FONSECA; HAINES, 2012, p. 1048).

A principal diferença entre ambos os governos é a ordem dos acontecimentos de cunho econômico diretamente relacionados à melhoria da qualidade de vida da população, pois, enquanto Vargas acreditava que medidas econômicas que auxiliassem no crescimento e desenvolvimento do país, por consequência, seriam capazes de interferir diretamente na melhoria das condições de vida da população, Perón buscou trabalhar em cima de um modelo econômico já existente desde os anos anteriores ao seu governo e concentrou seus esforços em distribuir uma renda que já existia no país àquele momento, já que a Argentina estava passando por um processo de industrialização que ainda estava dando seus primeiros passos no cenário econômico brasileiro.

Em conformidade com Fonseca e Haines (2012) é possível afirmar que Vargas possuía um claro projeto de estatização de bens de produção básicos, tais como: petróleo, carvão e energia. E, para isso, fez transformações na área educacional a fim de modificar o caráter o qual o ensino dispunha no país até então. As modificações ocorreram no sentido de substituir um ensino pautado em bases "humanistas e filosóficas" para um ensino exclusivamente técnico, em poucas palavras: direcionado a preparar mão de obra para trabalhar nas indústrias.

Assim, foi sendo criada uma série de órgãos, institutos, departamentos e comissões cujo sentido aponta para um comprometimento cada vez maior do estado com a produção, seja industrial ou agrícola. [...] Diante do exposto, pode-se afirmar, em consonância com as hipóteses formuladas na introdução, que há fortes evidências no sentido de confirmar a existência, já na década de 1930, de um projeto de industrialização deliberado do governo Vargas, com vistas à superação do modelo agroexportador. Mais que se voltar à redistribuição de renda, como frisam as análises sobre o populismo, o referido projeto centrava-se em mudança na estrutura econômica. É o que se pode depreender, com todo o rigor necessário, da análise conjunta da política econômica, dos discursos e das instituições criadas no período (FONSECA; HAINES, 2012, p. 1053)

Em relação às práticas econômicas aplicadas por Perón, Fonseca e Haines (2012) afirmam que essas atenderam à algumas necessidades postas pelos empresários argentinos, que se sentiram incluídos no projeto governamental do então Presidente, ante ao cenário anterior, no qual isso não ocorria. A política econômica do Peronismo fica mais notória em “As decisões de investimento e gasto público, por exemplo, refletem as prioridades políticas que dão sentido à economia peronista: nacionalizações, aumento do orçamento militar e pleno emprego, *ainda que a custo da indústria.*” (FONSECA; HAINES, p. 1056). Em relação aos discursos peronistas, os autores em foco dizem que eles não possibilitam a afirmação de que o peronismo tenha agido diretamente em prol da industrialização no decorrer da história argentina, ou pelo menos, não de forma essencial. Os ideais do Peronismo constituíam-se em: justiça social, soberania política e independência econômica, segundo o próprio Perón.

Para Perón, a reforma econômica era parte de uma reforma social. O aspecto social da reforma econômica consistia em humanizar o capital, o que não significava terminar com ele, mas torna-lo útil e benéfico para a sociedade, fazê-lo um cooperador efetivo do progresso econômico do país. [...] Perón denominava ‘economia social’ a visão responsável por outorgar ao estado direitos sobre a propriedade privada. Essa, no âmbito interno, condenava o capitalista individual que não fazia uso da riqueza em benefício da comunidade e, no âmbito externo, os agentes estrangeiros que monopolizavam a riqueza do país e evitavam a distribuição equitativa da mesma. [...] É sob tal marco compreende-se que, para Perón, o desenvolvimento industrial era parte da questão social a qual possuía como epicentro a redistribuição de renda (FONSECA; HAINES, 2012, p. 1057-1058).

No discurso de Perón fica perceptível a opinião do mesmo de que a Argentina não possuía problemas de riqueza, mas sim de distribuição, o que diferencia-se da

visão de Vargas sobre o Brasil, que acreditava no exato oposto. Porém, para compreender a visão de Perón, é necessário partir da perspectiva do mesmo, a qual colocava os trabalhadores como peças de fundamental importância para a construção de sua base social e política.

Assim, há razões para crer que industrialização não constituía para Perón uma necessidade econômica, mas uma opção política. [...] Perón retoma a ideia de que a industrialização já percorrera um longo caminho no país e sua preocupação vinculava-se principalmente com as consequências sociais geradas. Sua descrição é coerente com o entendimento de que o problema econômico da Argentina devia-se a uma questão social, ou seja, o monopólio da riqueza por parte das classes abastadas em associação com agentes estrangeiros, em detrimento do povo argentino (FONSECA; HAINES, 2012, p. 1060-1061).

Para concluir a análise sobre o governo peronista, é possível inferir que ainda que a indústria tenha sido favorecida durante o governo de Perón, este não foi o principal foco e nem o meio mais importante para se compreender o Peronismo e seus ideais, que estavam majoritariamente voltados à questão social.

Contudo, segundo a análise econômica realizada por Fonseca e Haines (2012) é possível constatar, através da comparação que

Quanto aos pontos comuns, não há dúvida de que sejam governos afinados com o desenvolvimentismo, intervencionistas, críticos ao liberalismo econômico e às arenas liberais de representação política [...] Ambos buscaram respaldo para suas políticas nos sindicatos de trabalhadores e segmentos urbanos emergentes, aos quais se mostraram dispostos a atender reivindicações e fazer 'concessões', o que lhes valeu, por parte de seus críticos, a qualificação de 'populistas'. [...] Enfim, ambos se mostraram defensores de um projeto de desenvolvimento econômico com melhor distribuição de renda (FONSECA; HAINES, 2012, p. 1066)

#### **4.3 Comparando variáveis a fim de corroborar a hipótese central**

Aqui serão comparadas, nos governos de Vargas e Perón, aquelas variáveis que são consideradas como "operantes", ou seja, que possuem influência direta na determinação desses casos analisados como experiências de governos populistas. Para isso, foram elencadas quatro variáveis que atuam de maneira dominante em ambos os casos. Estão expostas na tabela a seguir:

**Tabela 1** – Comparando variáveis específicas no Vargasismo e no Peronismo

VARIÁVEIS	CASOS ANALISADOS	
	VARGUISMO	PERONISMO
<b>DISCURSO E MÍDIA</b>	Vargas utilizou o discurso político midiático com a finalidade de fazer com que as camadas populares da sociedade se sentissem integradas ao seu governo e contempladas em suas práticas políticas.	Perón utilizou o discurso midiático a seu favor a medida que prometeu maior justiça social, através da equiparação das desigualdades socioeconômicas com base no modelo distributivista.
<b>CARISMA</b>	O início do governo Vargas deu-se através de um golpe de Estado, porém, a identificação e o carisma estabelecido entre ele e o povo foi tão grande que, posteriormente, Vargas foi eleito através do voto popular direto e com grande clamor popular.	A construção do carisma de Perón teve início quando ele começou a desenvolver um trabalho em contato direto com a classe trabalhadora, estabelecendo assim, as bases para a sua candidatura à Presidência, que ocorreu nas eleições seguintes.
<b>POLÍTICAS SOCIAIS</b>	As políticas sociais do governo Vargas foram muito mais voltadas a criação de uma base de apoio entre a classe trabalhadora (sempre atrelada aos sindicatos), sendo assim, seu principal feito foi a elaboração da CLT, que lhe forneceu a alcunha de “pai dos pobres”.	O primeiro Peronismo ficou marcado pela criação de direitos sociais em todos os âmbitos (não só no trabalhista), através de medidas que tinham como objetivo final, melhorar a qualidade de vida da população, conhecido como ‘justiça social distributivista’.
<b>NACIONALISMO</b>	O projeto de governo de Vargas ficou conhecido como ‘nacional-desenvolvimentista’ e todas as suas práticas políticas indicaram para um nacionalismo com base econômica, a fim de garantir a soberania nacional e o desenvolvimento do país.	O nacionalismo de Perón já era uma característica marcante antes deste tornar-se Presidente, uma vez que ele era um militar do Exército. Durante seu mandato, essa postura ficou clara por meio da nacionalização de indústrias e empresas de serviços básicos.

**Fonte:** Elaboração própria. Com base na pesquisa realizada para o desenvolvimento deste trabalho e fundamentada nas referências.

Originário de uma pesquisa embasada nas mais importantes teorias acerca do populismo – tanto as clássicas, quanto as mais atuais –; fundamentada em uma profunda análise histórica-comparativa de dois casos clássicos do populismo latino-americano; e através da observação de variáveis específicas – que vale a pena dizer, foram rigorosa e criteriosamente definidas a fim de fornecer maior cientificidade e validade a este trabalho –, é possível concluir que, é indispensável aos governantes que, quer se auto intitulam, quer sejam rotulados por analistas ou estudiosos do tema, são apresentados (ou apresentam-se) como populistas, que possuam como aspectos governamentais de suas práticas políticas as quatro características que estão expostas acima em forma de variáveis. Uma vez que, diante da vastidão de definições que podem ser encontradas acerca do conceito de populismo e, perante a dificuldade em definir, de forma universal, o conceito de modo que agrade a todos que dedicam-se ao estudo dessa temática, o presente trabalho tem como objetivo fornecer uma base inicial para facilitar os posteriores estudos acerca do populismo, não pretendendo, em momento algum, esgotar os debates em torno do conceito.

Diante da questão central da pesquisa que originou este trabalho, a dizer: “Quais são as suas principais características do populismo?”. Foi estabelecida uma hipótese central que gira em torno da seguinte questão: a busca pelo conjunto de elementos que permitam classificar um governo como populista ou não, a depender da ocorrência de certas características, que foram previamente estabelecidas a partir do estudo dos casos aqui analisados: o Varguismo e o Peronismo. Sendo assim, a ideia central desse estudo era propor uma noção geral que pudesse ser aplicada aos mais distintos casos de populismo – tanto aos que já ocorreram, quanto aos que estão ocorrendo ou poderão surgir futuramente –, lembrando que, para além dos aspectos básicos de um governo populista, cada caso apresenta elementos deveras particulares e excêntricos, ou seja, o populismo se apresenta de muitas formas, uma vez que, cada experiência está intrinsecamente relacionada a um contexto histórico e a conjunturas políticas, sociais e econômicas.

De maneira geral, é possível afirmar que a hipótese proposta inicialmente aqui foi comprovada no decorrer do mesmo, tendo em vista que para ser considerado um caso de populismo, um governo, governante, ou as práticas políticas do mesmo,

precisam seguir algumas prerrogativas, a dizer: contar com um líder dotado de carisma de massas, capaz de criar uma identificação para com as camadas mais desvalidas da sociedade; trabalhar em prol da criação de políticas sociais que tenham como objetivo melhorar as condições de vida das camadas populares; possuir o nacionalismo como um traço marcante, tanto em sua imagem, quanto em sua forma de governar, prezando sempre pela valorização de uma identidade nacional singular; e, por último, utilizar os discursos políticos – quase sempre dotados de demagogias – a seu favor, no intuito de, através do contato “direto” com o povo nos meios midiáticos de maior alcance popular no contexto em que o governo esteja inserido, seja facilitada a criação de uma identidade entre líder e povo.

Assim sendo, é de fundamental importância olhar para o que muitos estudiosos e analistas políticos estão chamando, no atual momento, de “nova era populista” e analisar, de fato, se tais políticos possuem as prerrogativas necessárias para serem considerados como tal. Pois, o que acontece, na maior parte dos casos é que, estes apresentam, uma ou outra característica muito marcante dentro do modo de governar populista e, automaticamente, passam a ser considerados como tal. É muito importante que cada caso seja estudado dentro da especificidade de seu contexto histórico e de sua conjuntura política, para não incorrer no erro de classificar coisas muito distintas sob a mesma ordenação. Não cabe ao intuito e nem seria possível, dentro do pré-estabelecido para este trabalho, analisar os casos dessa intitulada “nova era populista” a fim de compreender se, por certo, essa é a tendência política internacional com variações bem significativas e diferenças marcantes em relação aos casos clássicos – ou seja, se novas formas de populismo estão surgindo – ou se o que está ocorrendo é apenas uma onda de nacionalismo exacerbado e ascensão da extrema direita política em diversos países do mundo, divulgando um discurso carregado de práticas discriminatórias, travestidas de conservadorismo, baseado no subterfúgio da manutenção da soberania nacional.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de mais nada, é fundamental dizer que “não importa qual seja a escolha realizada: escrever sobre o populismo no Brasil será sempre um risco. Por incompletude ou por ‘má’ compreensão, por adesão ou rejeição, o texto será alvo fácil para críticas de todas as espécies.” (GOMES, 2017, p. 53). Sendo assim, podemos concluir que os resultados obtidos com este trabalho foram no sentido de corroborar a principal hipótese do mesmo. Sabendo que o conceito de populismo está em constante processo de transformação – ou mesmo de indefinição –, desde o seu surgimento, na Rússia do século XVII até os dias atuais, com aquela que é considerada pelos debates mais atuais do tema de “nova era populista”, um fenômeno que pode ser observado em diversos países do mundo, fica evidente a necessidade da realização de análises mais profundas, sobretudo em relação ao atual momento.

Em relação ao foco central desse trabalho, ou seja, a comparação realizada entre Vargas e Perón, é possível concluir que

Perón centrava-se na questão distributiva porque entendia que houvera desenvolvimento progresso, seja pela pujante agroexportação argentina ou por sua indústria, a qual gerara uma riqueza passível de ser distribuída, mas entendia o crescimento econômico e o incentivo às atividades produtivas como necessários. [...] Vargas centrava-se na necessidade de mudança do modelo econômico: associava a agroexportação não à riqueza, mas à pobreza, à ausência de indústrias e à vulnerabilidade econômica do país. Era, então, o nó a ser desatado para se alcançar melhor patamar de bem-estar, não significando a transferência do problema da distribuição para o futuro, pois sempre argumentou que esta deveria andar em ritmo similar ao crescimento. [...] Enfim, em ambas as experiências históricas de desenvolvimentismo, havia o entendimento de que desenvolvimento e distribuição de renda poderiam e deveriam coexistir, pois eram valores desejáveis e respaldaram-nos em medidas de política econômica. Diferiam quanto às prioridades e aos caminhos para viabilizá-los, por certo em consonância com a trajetória histórica de seus países, necessidades e limites impostos pela conjuntura em que assumiram seus governos (FONSECA; HAINES, 2012, p. 1071).

Pela observação de todos os aspectos analisados, é possível concluir que a hipótese central da pesquisa foi corroborada por intermédio do estudo dos casos propostos inicialmente, que compõem o populismo clássico latino-americano, e, avaliando brevemente, porém o suficiente para saber que não é possível classificar os recentes movimentos que emergiram no cenário político internacional como uma



“nova era populista” – pelo menos não sem antes realizar uma análise profunda dos casos e de admitir que, o populismo é um conceito totalmente aberto e que pode ser aplicado aos mais variados casos, a depender do ponto de vista de quem está reflexionando acerca da questão. Como todo o exposto no decorrer deste estudo mostra que esta não é a visão que se pretendeu apresentar sobre o conceito, fica definido assim que, a hipótese aqui demonstrada aponta para a seguinte prerrogativa: para ser considerado um governo populista, é necessário que se apresente, no mínimo, as quatro variáveis fundamentais aos principais casos já conhecidos e com estudos consolidados sobre.

## REFERÊNCIAS

ARGENTINA.GOV.AR. **Historia del Ministerio**. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/trabajo/historiadeministerio>. Acesso em: 12 fev. 2020.

AJMECHT, S. El peronismo como momentos de reformas (1946-1955). **SAAP**, La Rioja, v. 6, n. 2, p. 249-266, 2012.

BEAUVOIR, S. de. **Memórias de uma moça bem-comportada**. 6º ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

BERMAN, S.; SNEGOVAYA, M. O populismo e o declínio da social-democracia. **Journal of Democracy em Português**. v. 8, n. 2, 2019, p. 49-72.

BOBBIO, N. *et al.* **Dicionário de Política**. 13ª ed. Brasília: UnB, 2010.

BRASIL. Decreto-lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943. **Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm). Acesso em: 09 ago. 2017.

CAMPANA, C. El golpe del '55 en Mendoza. **Los Andes**, set. 2015. Disponível em: <http://www.losandes.com.ar/article/el-golpe-del-55-en-mendoza>. Acesso em: 02 dez. 2017.

CAMPIONE, D. **Orígenes estatales del peronismo**. 1ª ed. Buenos Aires: Ed. Miño y Davila, 2007.

CAPELATO, M. H. R. **Multidões em Cena: propaganda política no Varguismo e no Peronismo**. São Paulo: Papyrus, 1998.

CARDOSO, A. **Sindicatos, partidos e a gestão do estado**. Trabalho apresentado no 3º Congresso Latino-Americano de Ciência Política, Campinas, set. 2006.

**CARTA TESTAMENTO DE VARGAS**. Disponível em: <https://www.sohistoria.com.br/ef2/getulio/p1.php>. Acesso em 09 mar. 2020.

CASA ROSADA - PRESIDENCIA DE LA NACIÓN. **Historia**. Disponível em: <http://www.caserosada.gob.ar>. Acesso em: 25 out. 2017.

CENTRAL DE TRABAJADORES DE LA ARGENTINA. **Biblioteca CTA**. Disponível em: <http://ctanacional.org/dev/relaciones-institucionales/biblioteca-cta/>. Acesso em: 01 ago. 2017.

CILIA, G. De Chávez a Trump: dificuldades do método comparativo aplicado ao populismo. **Revista Teoria e Pesquisa**, v. 8, n. 35, 2017.

ELGORRIAGA, L. Los orígenes del modelo sindical argentino. **Revista oficial de los Trabajadores Industriales del Mundo**, Buenos Aires, 2015. Disponível em:

<https://iwwsolidaridad.org/tag/los-origenes-del-modelo-sindical-argentino/>. Acesso em: 03 ago. 2017.

FONSECA, P. C. D.; HAINES, A. F. Desenvolvimentismo e política econômica: um cotejo entre Vargas e Perón. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, p. 1043-1074, dezembro, 2012.

FORTES, A. O Estado Novo e os trabalhadores: a construção de um corporativismo latino-americano. **Locus: Revista de história**, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 61-86, 2007.

GALSTON, W. A vez do populismo. **Journal of Democracy em Português**. v. 6, n. 2, 2017, p. 1-21.

GOLBERT, L.; ROCA, E. De la Sociedad de Beneficencia a los derechos sociales. **Revista de Trabajo**, Buenos Aires, v. 6, n. 8, p. 29-50, jan./jul. 2010.

GOMES, A. d. C. O populismo e as Ciências Sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, J. (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p. 17-57.

HOBBSBAWM, E. **Era dos extremos: o bravo século XX (1914 – 1991)**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, O. **A formação do estado populista na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 197.

INSTITUTO NACIONAL JUAN DOMINGO PERON. **Biografia**. Disponível em: <http://www.jdperon.gov.ar/material/biografiaperon.html>. Acesso em: 25 out. 2017.

JUNQUEIRA, M. A. Resumo: CAPELATO, M. H. R. Multidões em Cena. Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo. São Paulo: Fapesp/Papirus, 1998. In: **Revista de História (USP)**, n. 147. P. 241-245, 2012.

LIJPHART, A. Comparative politics and the comparative method. **American Political Science Review**, v. 65, n. 3, 1971, p.682-693.

LUZ, A. F.; SANTIN, J. R. As Relações de Trabalho e sua regulamentação no Brasil a partir da Revolução de 1930. **Revista História (São Paulo)**, Franca, v. 29, n. 2, p. 268-277, 2015.

MILOSEVICH, M. De la idealización del pueblo al terrorismo. El populismo histórico ruso del siglo XIX. In: RIVERO, *et al.* (Orgs.) **Geografía del Populismo**. 1ª ed. Madrid: Ed. Tecnos, 2017. p. 71-79.

MOUNK, Y. **O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

NEIBURG, F. G.. O 17 de outubro na Argentina: Espaço e produção social do carisma. **RBCS**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 20, out. 1992.

PALACIO, J. M. El peronismo y la invención de la justicia del trabajo en la Argentina. **Nuevo mundo Mundo nuevos**, 2013. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/65765>. Acesso em: 09 ago. 2017.

PANDOLFI, D. (Org.). **Repensando o estado novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PASQUARELLI, B. V. L. Política Comparada: Tradições, Métodos e Estudos de caso. **Agenda Política**, São Carlos, v. 2, n. 2, p. 10-38, 2014.

PERISSINOTTO, R. Comparação, História e Interpretação: por uma ciência política histórico-interpretativa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 83, p. 151-165, 2013.

PRADO, M. L. C. Repensando a história comparada da América Latina. **História**, São Paulo, v. 153, n. 2, p. 11-33, 2005.

RAMALHO, J. R. Retrato detalhado do sindicalismo brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 13, n. 36, 1998.

REDONDO, J. C. J. Brasil y el Estado Novo de Getúlio Vargas. In: RIVERO, *et al.* (Orgs.) **Geografía del Populismo**. 1ª ed. Madrid: Ed. Tecnos, 2017. p. 94-109.

RIAL, A; BRIEBA, R. J. Una mirada sobre la Revolución del 4 de junio de 1943 (Una Revolución, no un golpe). **Historia del Peronismo**, Buenos Aires, jan. 2009. Disponível em: <http://historiadelperonismo.com/una-mirada-sobre-la-revolucion-del-4-de-junio-de-1943/>. Acesso em: 01 dez. 2017.

RODELAS, J. R. El populismo norteamericano de ayer y de hoy. In: RIVERO, *et al.* (Orgs.) **Geografía del Populismo**. 1ª ed. Madrid: Ed. Tecnos, 2017. p. 82-90.

RODRIGUES, I. J. **Sindicalismo e Política: a trajetória da CUT**. 2ª ed. São Paulo: Ltr, 2011.

ROSSI, V. J. **As duas faces do primeiro Governo Vargas**. Revista Eletrônica do Centro de Memória Operária e Popular, v. 01, p. 01-07, 2012.

SAIJ. **Constitución de la nación argentina de 1949**. Disponível em: <http://www.saij.gob.ar/constitucion-nacion-argentina-1949-lb000086-2014-10/123456789-0abc-defg-g68-0000blsorbil>. Acesso em: 10 ago. 2017.

SARTORI, G. **A política: lógica e método nas ciências sociais**. Brasília: Ed. UnB, 1981.

SAVARINO, F. Populismo: perspectivas europeas y latinoamericanas. **Espiral, Estudios sobre Estado y Sociedad**. v. 13, n. 37, 2006.

SMITH, P. D. **A formação Institucional e Social da Argentina e do Brasil**: um estudo comparativo do corporativismo estatal nos anos 1930-1955. 94 p. Dissertação

(Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), 2010.

SOLA, L. “O golpe de 37 e o Estado Novo.” In: Fausto, B, Cardoso, F.H.C, (Orgs.) **Corpo e Alma do Brasil**. 19ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil S.A., 1990. p. 256-282.

THOUGHTCO. **Biography of Juan Perón**. Disponível em: <https://www.thoughtco.com/biography-of-juan-peron-2136581>. Acesso em: 25 out. 2017.

WEBER, M. A política como vocação. *In: Ciência e Política – duas vocações*. São Paulo: Ed. Cultrix, 2004.

WEFFORT, F. **O populismo na política brasileira**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1980.